



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, novembro/2011

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Nelson Barbosa

SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL

Arno Hugo Augustin Filho

CHEFE DE GABINETE

Lindemberg de Lima Bezerra

SUBSECRETÁRIOS

Cleber Ubiratan de Oliveira

Eduardo Coutinho Guerra

Gilvan da Silva Dantas

Líscio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Felipe Palmeira Bardella

EQUIPE

Alexandre Bueno Damado

Andresa Costa Biason

Bruno de Sousa Simões

Bruno Fabrício Ferreira da Rocha

Gregório Diniz

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Karla de Lima Rocha

Renato Nogueira Starling

O RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 17, n. 10 (out. 2011). – Brasília : STN, 1995_.

Mensal.

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.

1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em outubro, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 11,3 bilhões, contra superávit de R\$ 5,4 bilhões, em setembro. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 12,7 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficits de R\$ 1,3 bilhão e R\$ 72,0 milhões, respectivamente.

Em outubro, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 11,3 bilhões, contra superávit de R\$ 5,4 bilhões, em setembro.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, 2010-2011

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	SET		OUT		JAN - OUT	
	2011	2011	2010	2011	2010	2011
I. RECEITA TOTAL	78.476,1	86.715,0	750.762,6	810.307,5		
I.1. Receitas do Tesouro	58.472,3	65.988,5	585.343,3	617.612,6		
I.1.1. Receita Bruta (1)	59.909,5	68.853,8	597.824,7	631.080,8		
I.1.1.1. Impostos	25.435,0	35.366,3	239.897,2	295.051,3		
I.1.1.2. Contribuições	22.753,7	25.306,9	201.555,6	239.823,0		
I.1.1.3. Demais	11.720,8	8.180,5	156.371,9	96.206,5		
<i>d/q Cessão Onerosa Exploração de Petróleo</i>	0,0	0,0	74.807,6	0,0		
I.1.2. (-) Restituições	-1.336,7	-2.841,9	-12.382,9	-13.195,0		
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-100,4	-23,5	-98,6	-273,1		
I.2. Receitas da Previdência Social	19.793,4	20.521,6	163.524,5	190.633,7		
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano (2)	19.309,4	20.047,9	159.617,8	186.220,1		
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural (2)	484,0	473,7	3.906,7	4.413,7		
I.3. Receitas do Banco Central	210,5	204,9	1.894,8	2.061,1		
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	9.633,4	15.247,2	111.325,7	137.953,1		
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (II-I)	68.842,7	71.467,7	639.437,0	672.354,3		
IV. DESPESA TOTAL	63.406,9	60.199,7	575.940,1	585.752,8		
IV.1. Despesas do Tesouro	33.984,4	38.073,1	368.059,4	356.203,2		
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	13.705,2	13.530,5	132.788,2	145.125,3		
IV.1.2. Custeio e Capital	20.098,0	24.357,5	234.274,5	209.302,8		
IV.1.2.1. Despesa do FAT	3.242,3	3.435,0	25.185,1	29.398,5		
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	441,4	1.764,8	7.504,3	9.258,5		
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	2.098,6	2.113,7	18.431,3	20.670,9		
IV.1.2.4. Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	42.927,8	0,0		
IV.1.2.5. Outras Despesas de Custeio e Capital	14.315,6	17.044,0	140.225,9	149.974,9		
IV.1.2.5.1. Outras Despesas de Custeio	10.990,6	13.612,6	104.122,2	115.194,5		
IV.1.2.5.2. Outras Despesas de Capital	3.325,0	3.431,3	36.103,7	34.780,5		
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	181,3	185,2	996,7	1.775,1		
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	29.143,8	21.849,8	205.465,1	226.849,2		
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano (2)	23.532,0	17.146,9	160.209,7	177.252,8		
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural (2)	5.611,9	4.702,9	45.255,4	49.596,4		
IV.3. Despesas do Banco Central	278,6	276,8	2.415,6	2.700,3		
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB (4)	0,0	0,0	0,0	0,0		
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	5.435,8	11.268,0	63.496,9	86.601,5		
VI.1. Tesouro Nacional	14.854,4	12.668,1	105.958,2	123.456,2		
VI.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-9.350,4	-1.328,1	-41.940,5	-36.215,5		
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano (2)	-4.222,5	2.901,0	-591,9	8.967,2		
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural (2)	-5.127,9	-4.229,1	-41.348,6	-45.182,7		
VI.3. Banco Central (6)	-68,2	-72,0	-520,8	-639,2		
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			2,11%	2,59%		

* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Despesa correspondente à integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 513/2010 e no Decreto nº 6.713/2008.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIACIONES ACUMULADO JAN - OUT %		
DISCRIMINAÇÃO	10/09	11/10
Receitas*	28,2%	7,9%
Tesouro*	31,8%	5,5%
Previdência	17,1%	16,6%
Transferências	9,6%	23,9%
Receita Líquida*	32,2%	5,1%
Despesas**	26,0%	1,7%
Benefícios	13,4%	10,4%
Pessoal	9,4%	9,3%
Custeio, Capital e Outros**	54,8%	-10,7%
FAT	8,6%	16,7%
Subsídios	88,2%	23,4%
LOAS/RMV	17,6%	12,2%
Outras	29,3%	7,0%
Custeio	23,2%	10,6%
Capital	50,8%	-3,7%
PIB	16,3%	11,3%

*Inclui receita de cessão onerosa de exploração de petróleo;

**Inclui despesa de capitalização da Petrobras

Relativamente à receita bruta do Tesouro Nacional, houve aumento de R\$ 8,9 bilhões (14,9%), passando de R\$ 59,9 bilhões, em setembro, para R\$ 68,9 bilhões, em outubro. Este comportamento decorreu, principalmente, dos seguintes

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN - OUT (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Receita Total	24,96%	24,20%
Transferências	3,70%	4,12%
Receita Líquida	21,26%	20,08%
Despesa Total	19,15%	17,49%
Resultado Primário	2,11%	2,59%

fatores: i) aumento de R\$ 6,8 bilhões na arrecadação do IRPJ e de R\$ 2,8 bilhões na CSLL, em função do pagamento da 1ª cota ou cota única referentes à apuração encerrada no mês de setembro; ii) incremento da arrecadação da Cota Parte de Compensações Financeiras, superior em R\$ 3,3 bilhões à do mês anterior devido ao recolhimento trimestral, em outubro, da participação especial pela produção e exploração de petróleo e gás natural; iii) aumento de R\$ 513,5 milhões na arrecadação de IPI; iv) da diminuição de R\$ 4,6 bilhões na arrecadação de dividendos; v) queda de R\$ 2,0 bilhões em Demais Receitas do Tesouro Nacional – Outras, em função da reclassificação, por estimativa, de R\$ 288 milhões de IPI e de R\$ 1,3 bilhão de IRPJ no mês de outubro; e vi) diminuição de R\$ 293,8 milhões no ITR, decorrente do pagamento da 1ª cota ou cota única do ITR referente ao ano calendário de 2010, no mês de setembro, sem correspondência em outubro de 2011.

As transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 15,2 bilhões em outubro, contra R\$ 9,6 bilhões no mês anterior, registrando crescimento de 58,3%, decorrente do crescimento de R\$ 2,5 bilhões nas transferências constitucionais, como consequência da maior arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI) e crescimento de R\$ 1,9 bilhão nas demais transferências, impactado pela transferência de R\$ 1,3 bilhão relativa ao Fundeb, de acordo com cronograma de 2011 (Portaria Interministerial nº 477/2011).

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	SET/11	OUT/11
Constitucionais (IR/IPI/outras)	7.869,4	10.374,9
CIDE-Combustíveis	-	589,6
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	162,5	812,5
Demais	1.601,5	3.470,2
Total	9.633,4	15.247,2

¹ Inclui auxílio financeiro

As despesas do Tesouro Nacional cresceram R\$ 4,2 bilhões em relação a setembro, com destaque para incremento nos gastos no PAC e nas operações oficiais de crédito.

Do lado dos dispêndios, verificou-se aumento de R\$ 4,1 bilhões (12,0%) nas despesas do Tesouro Nacional em relação a setembro. Desse crescimento, R\$ 1,6 bilhão refere-se a incremento no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e R\$ 1,3 bilhão refere-se ao aumento observado nas operações oficiais de crédito, com destaque para o crescimento de R\$ 411,0 milhões no Programa de Custeio Agropecuário. Entre as demais variações, destacam-se o incremento de R\$ 744,0 milhões nos Fundos de Desenvolvimento (ADA/ADENE) e o crescimento de R\$ 194,3 milhões nas despesas do FAT referentes a abono e seguro desemprego, de acordo com o calendário referente ao exercício 2011/2012 (agosto/2011 a julho/2012), regulamentado pela Resolução Codefat nº 668, de 28 de junho de 2011. Cumpre destacar que as despesas com pessoal e encargos sociais diminuíram R\$ 174,7 milhões (1,3%) em relação ao mês anterior.

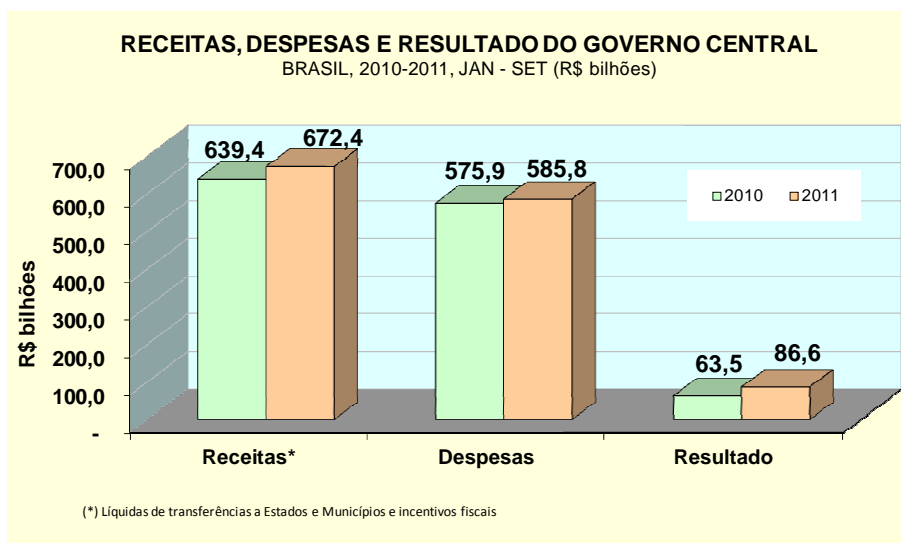
As despesas discricionárias atingiram R\$ 12,3 bilhões, registrando crescimento de R\$ 287,0 milhões, com destaque para o aumento das despesas dos Ministérios do Desenvolvimento Social (R\$ 194,2 milhões), do Ministério da Educação (R\$ 168,8 milhões) e do Ministério das Cidades (R\$ 59,6 milhões). O Ministério da Saúde apresentou redução de R\$ 282,7 milhões em suas despesas, frente ao mês de setembro.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN - OUT (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Receita Total	750.762,6	810.307,5
Transferências	111.325,7	137.953,1
Receita Líquida	639.437,0	672.354,3
Despesa Total	575.940,1	585.752,8
Resultado Primário	63.496,9	86.601,5

A Previdência Social apresentou déficit de R\$ 1,3 bilhão, contra déficit de R\$ 9,4 bilhões apurado em setembro. A receita líquida do RGPS cresceu R\$ 728,2 milhões em relação ao mês anterior. Os benefícios previdenciários apresentaram um

decréscimo de R\$ 7,3 bilhões devido, principalmente, ao pagamento antecipado, em setembro, de 50% do abono equivalente à gratificação de Natal a cerca de metade dos segurados e dependentes da Previdência Social que auferem benefícios no valor de até um salário mínimo, nos termos do art. 41-A, § 3º, da Lei no 8.213/1991, bem como à totalidade dos beneficiários com direito a mais de um salário mínimo. Na segregação do resultado por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou superávit de R\$ 2,9 bilhões no mês, contra déficit de R\$ 4,2 bilhões em setembro. A parcela rural apresentou, em outubro, déficit de R\$ 4,2 bilhões, contra R\$ 5,1 bilhões registrado no mês anterior.

No acumulado do ano, o superávit primário do Governo Central atingiu R\$ 86,6 bilhões frente a um superávit de R\$ 63,5 bilhões, no mesmo período de 2010, registrando-se, portanto, um aumento de R\$ 23,1 bilhões ou 36,4%, na comparação entre os dois períodos. Essa evolução reflete o crescimento de R\$ 17,5 bilhões (16,5%) no superávit do Tesouro Nacional e a redução de R\$ 5,7 bilhões (13,7%) no déficit da Previdência Social.



No acumulado de janeiro a outubro, o superávit primário do Governo Central foi de R\$ 86,6 bilhões, superior em R\$ 23,1 bilhões ao apurado no mesmo período de 2010.

A receita bruta do Tesouro Nacional, de janeiro a outubro de 2011, apresentou crescimento de R\$ 33,3 bilhões (5,6%) relativamente ao mesmo período de 2010. Esse aumento é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores: i) crescimento do IRPJ (R\$ 16,2 bilhões, 21,6%) e da CSLL (R\$ 12,6 bilhões, 32,4%) devido ao desempenho decorrente da apuração de resultado das empresas ocorrido no último trimestre de 2010 e no primeiro semestre de 2011, bem como, no caso da CSLL, do pagamento de débito em atraso no valor de R\$ 5,8 bilhões e, no caso do IRPJ, também em função de reclassificação por estimativa ocorrida em 2011, no valor de R\$ 4,4 bilhões; ii) incremento na arrecadação de Cofins (R\$ 17,1 bilhões, 15,1%) e PIS/Pasep (R\$ 4,8 bilhões, 16,3%) devido ao aumento no volume

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN - OUT (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Receitas do Tesouro*	19,46%	18,44%
Transferências	3,70%	4,12%
Despesas do Tesouro	12,24%	10,64%
FSB	0,00%	0,00%
Resultado Primário	3,52%	3,69%

* Líquidas de restituições e incentivos fiscais

Houve elevação de R\$ 26,6 bilhões (23,9%) nas transferências a Estados e Municípios de janeiro a outubro de 2011 em relação ao mesmo período de 2010.

As despesas do PAC cresceram R\$ 3,1 bilhões (17,7%) em 2011, em comparação com o mesmo período de 2010.

O déficit da Previdência Social reduziu-se em R\$ 5,7 bilhões (13,7%) relativamente ao período de janeiro a outubro de 2010, atingindo o equivalente a 1,08% do PIB, frente um déficit equivalente a 1,39% do PIB em igual período de 2010.

de vendas, ao crescimento da arrecadação da Cofins/PIS incidente sobre importações e ao recolhimento extraordinário de depósitos judiciais e acréscimos legais; iii) aumento da arrecadação de IRRF (R\$ 18,3 bilhões, 23,2%), especialmente nas rubricas Rendimentos do Trabalho (R\$ 8,2 bilhões, 17,1%), Rendimentos do Capital (R\$ 7,5 bilhões, 43,3%) e Remessas ao Exterior (R\$ 2,0 bilhões, 23,1%); e iv) crescimento da arrecadação de IPI (R\$ 6,9 bilhões, 21,5%) devido à dinâmica geral da economia e a alterações na legislação tributária.

As demais receitas apresentaram redução de R\$ 60,2 bilhões (38,5%) em relação ao período de janeiro a outubro de 2010, em função do ingresso de R\$ 74,8 bilhões relativos à cessão onerosa de exploração de petróleo em setembro de 2010, sem contrapartida em 2011.

No período de janeiro a outubro de 2011, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R\$ 26,6 bilhões (23,9%). A referida evolução decorreu: i) do crescimento de R\$ 21,7 bilhões (26,4%) nas transferências constitucionais (IPI, IR e outras), reflexo da maior arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI); e ii) do incremento de R\$ 3,7 bilhões (83,4%) nas transferências do Fundeb (complementação da União), devido, principalmente, aos valores transferidos em janeiro e abril de 2011, em conformidade com o cronograma de repasses estabelecido pela Portaria Interministerial nº 577/2010 e ao ajuste anual da distribuição dos recursos do Fundo referente ao ano de 2010 (Portaria MEC nº 380/2011) transferido em abril de 2011. Cumpre destacar que em janeiro de 2010 houve a transferência de R\$ 516,6 milhões decorrente da concessão de Apoio financeiro pela União aos Entes Federados (Lei nº 12.058/2009) referente à parcela de pagamento remanescente do exercício de 2009. Adicionalmente, em abril de 2010, as demais transferências foram impactadas pela prestação de apoio financeiro pela União aos Estados e ao Distrito Federal, no valor de R\$ 800,0 milhões (MP nº 485/2010). Esses dois últimos valores não tiveram equivalentes em 2011.

No período de janeiro a outubro de 2011, as despesas do Tesouro Nacional apresentaram decréscimo de R\$ 11,9 bilhões (3,2%) frente ao mesmo período de 2010 em função, principalmente, da despesa com operação de Capitalização da Petrobras, no valor de R\$ 42,9 bilhões, sem contrapartida em 2011. Destacam-se também os aumentos: i) de R\$ 12,3 bilhões (9,3%) nas despesas com pessoal e encargos sociais (como percentual do PIB, essa rubrica registrou redução de 0,08 p.p); ii) de R\$ 8,3 bilhões (7,8%) nas despesas discricionárias; iii) de R\$ 3,1 bilhões (17,7%) nas despesas do PAC; e iv) de R\$ 2,2 bilhões nas despesas com LO-AS/RMV (12,2%).

Por fim, o déficit da Previdência Social foi reduzido em R\$ 5,7 bilhões (13,7%) quando comparado o período de janeiro a outubro de 2010, alcançando R\$ 36,2 bilhões, frente aos R\$ 41,9 bilhões apurados no mesmo período do ano anterior. A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 27,1 bilhões (16,6%),

explicado, sobretudo, pelo crescimento da massa salarial, que repercutiu nas contribuições sobre a folha de pagamento. Por outro lado, as despesas com benefícios previdenciários aumentaram R\$ 21,4 bilhões (10,4%). Na segregação por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou superávit de R\$ 9,0 bilhões e a parcela rural registrou déficit de R\$ 45,2 bilhões.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 68,9 bilhões em outubro, contra R\$ 59,9 bilhões verificados em setembro de 2011 (aumento de 14,9%). Este comportamento é explicado pelo aumento de R\$ 9,9 bilhões em impostos e de R\$ 2,6 bilhões em contribuições, dado que as demais receitas do Tesouro apresentaram redução de R\$ 3,5 bilhões.

As receitas de impostos federais totalizaram R\$ 35,4 bilhões e as de contribuições R\$ 25,3 bilhões, apresentando em seu conjunto aumento de R\$ 12,5 bilhões (20,6%) em relação aos valores apurados em setembro. Esse resultado reflete os crescimentos de R\$ 6,8 bilhões (117,3%) no IRPJ e R\$ 2,8 bilhões (91,7%) na CSLL, influenciados pelo pagamento da 1ª cota ou cota única desses tributos, referente à apuração trimestral encerrada no mês de setembro/11, e pela reclassificação, por estimativa, de R\$ 1,3 bilhão para IRPJ realizada em outubro. Destaque-se também o crescimento de R\$ 1,9 bilhão (22,7%) na arrecadação do IR-Retido na Fonte.

As demais receitas do Tesouro Nacional apresentaram queda de R\$ 3,5 bilhões (30,2%), explicada, principalmente, pela diminuição de R\$ 4,6 bilhões na arrecadação de dividendos e de R\$ 2,0 bilhões em Demais Receitas do Tesouro Nacional – Outras. Esta última se deve, sobretudo, a reclassificação, por estimativa, de R\$ 1,3 bilhão para o IRPJ e de R\$ 288 milhões para o IPI.

Em termos percentuais do PIB, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou 18,8% de janeiro a outubro de 2011, dos quais 8,8% correspondem à arrecadação de impostos, 7,2% à de contribuições e 2,9% às demais receitas.

Na comparação com o período de janeiro a outubro de 2010, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento nominal de R\$ 33,3 bilhões (5,6%), passando de R\$ 597,8 bilhões para R\$ 631,1 bilhões. Esse comportamento deveu-se, em grande medida, ao crescimento dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos, como a produção industrial, o volume geral de vendas e a massa salarial. Destaque também o recolhimento de débito em atraso referente à CSLL, em razão de encerramento de questão judicial, a alteração na legislação com o encerramento das desonerações relativas ao IPI incidente sobre

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou aumento de 14,9% relativamente ao mês anterior.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL		
DISCRIMINAÇÃO	SET/11	OUT/11
Impostos	25.435,0	35.366,3
Imposto de Renda	15.873,1	25.426,8
IPI	4.073,7	4.587,3
Outros	5.488,2	5.352,2
Contribuições	22.753,7	25.306,9
Cofins	13.529,7	13.536,4
CPMF	7,9	6,4
CSLL	3.088,4	5.921,9
Cide - Combustíveis	911,9	836,5
Outras	5.215,7	5.005,7
Demais	11.720,8	8.180,5
Cota parte	1.417,3	4.765,5
Diretamente Arrecadada	2.596,4	2.382,5
Dividendos da União	4.589,3	9,1
Concessões	14,6	39,6
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	-	-
Outras	3.103,3	983,8
Total Bruto	59.909,5	68.853,8

* Os valores referentes a retenção na fonte e Retos foram distribuídos nos respectivos tributos.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

No acumulado de janeiro a outubro de 2011, o crescimento da receita bruta do Tesouro Nacional refletiu a dinâmica geral da economia, além do efeito decorrente de recolhimento de débito em atraso por questão judicial e as alterações na legislação.

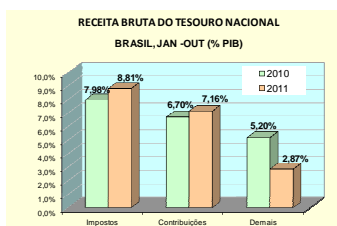
automóveis a partir de abril de 2010, bem como a consolidação/antecipação de parcelas, em junho e julho de 2011, de débitos da Lei nº 11.941/2009.

O crescimento na arrecadação de impostos e contribuições decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

- a) crescimento de R\$ 16,2 bilhões (21,6%) no IRPJ e de R\$ 12,6 bilhões (32,4%) na CSLL, explicado por: i) desempenho decorrente da apuração de resultado das empresas ocorrido no último trimestre de 2010 e primeiro semestre de 2011, em relação aos mesmos períodos de 2009 e 2010; ii) pagamento de débito em atraso da CSLL, no valor de R\$ 5,8 bilhões; e iii) crescimento no IRPJ, em função de reclassificação por estimativa, no valor de R\$ 4,4 bilhões, aplicados sobre depósitos da Lei nº 11.941/2009.
- b) crescimento de R\$ 18,3 bilhões (23,2%) no IRRF, devido, especialmente: i) à elevação de R\$ 8,2 bilhões (17,1%) do IRRF – Rendimentos do Trabalho, decorrente do aumento nominal de 14,51% da massa salarial habitual nos meses de dezembro de 2010 a setembro de 2011, em relação ao mesmo período de 2009/2010; ii) ao aumento de R\$ 7,5 bilhões (43,3%) do IRRF – Rendimentos do Capital, decorrente, principalmente, do ganho obtido no resgate de aplicações financeiras de renda fixa nos meses de janeiro a outubro de 2011, cuja arrecadação apresentou crescimento de 43,56% em relação ao mesmo período de 2010, e do crescimento de 60,59% no imposto de renda incidente sobre juros remuneratórios sobre o capital próprio; e iii) ao crescimento de R\$ 2,0 bilhões (23,1%) de IRRF – Remessas ao Exterior, influenciado pelos aumentos nominais observados nos itens “rendimentos do trabalho” e “juros sobre capital próprio” de residentes no exterior.
- c) incremento de R\$ 17,1 bilhões (15,1%) na Cofins e de R\$ 4,8 bilhões (16,3%) no PIS-Pasep, devido, sobretudo: i) ao crescimento de 11,8% no volume geral de vendas de dezembro de 2010 a setembro de 2011 em relação ao mesmo período de 2009/2010; ii) ao acréscimo significativo da Cofins/PIS incidente sobre as importações, entidades financeiras e recolhimentos do comércio em geral; e iii) recolhimentos extraordinários de depósitos judiciais e acréscimos legais.
- d) incremento de R\$ 6,9 bilhões (21,5%) na arrecadação de IPI, explicado principalmente pelos seguintes itens: i) IPI – Automóveis, devido ao término da redução temporária das alíquotas desse imposto a partir de 31 de março de 2010; ii) IPI – Vinculado às Importações, decorrente principalmente da elevação de 26,7% no valor em dólar das importações tributadas e de 7,2% na alíquota média efetiva do imposto; bem como da redução de 7,0% na taxa média de câmbio; e iii) IPI – Outros, devido a maiores crescimentos observados em fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos; comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; comércio atacadista, entre

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN. - OUT (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	2010	2011
Impostos	7,98%	8,81%
Imposto de Renda	5,61%	6,22%
IPI	1,06%	1,16%
Outros	1,31%	1,44%
Contribuições	6,70%	7,16%
Cofins	3,77%	3,90%
CPMF	0,00%	0,00%
CSLL	1,29%	1,53%
Cide - Combustíveis	0,21%	0,23%
Outras	1,43%	1,49%
Demais	5,20%	2,87%
Cota parte	0,74%	0,79%
Diretamente Arrecadada	0,74%	0,81%
Dividendos da União	0,56%	0,52%
Concessões	0,02%	0,05%
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	2,49%	0,00%
Outras	0,66%	0,70%
Total Bruto	19,88%	18,85%

¹ Os valores referentes à reterção na fonte e Retfis foram distribuídos nos respectivos tributos.



As demais receitas apresentaram redução de R\$ 60,2 bilhões em função do ingresso de R\$ 74,8 bilhões relativos à cessão onerosa de exploração de petróleo em setembro de 2010, sem contrapartida em 2011. Excluído esse efeito, tais receitas cresceram R\$ 13,5 bilhões.

outros; além do término das desonerações tributárias ocorridas em 2010, relativas a móveis e eletrodomésticos; bem como da reclassificação, por estimativa, de R\$ 149 milhões, de R\$ 111 milhões, de R\$ 436 milhões e de R\$ 288 milhões, respectivamente, nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de 2011.

- e) crescimento de R\$ 4,5 bilhões (20,6%) na arrecadação de IOF, devido a alterações nas alíquotas desse imposto nas operações de crédito da pessoa física e de câmbio, bem como crescimento no volume de operações de crédito.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, apresentou decréscimo de R\$ 60,2 bilhões (38,5%), em relação ao período de janeiro a outubro de 2010, decorrente especialmente do ingresso de R\$ 74,8 bilhões relativos à cessão onerosa para exploração de petróleo em setembro de 2010, sem contrapartida em 2011.

A despeito deste efeito, destacam-se as seguintes variações nos itens que compõem as demais receitas do Tesouro Nacional i) aumento de R\$ 4,9 bilhões (21,9%) nas receitas diretamente arrecadadas; ii) crescimento de R\$ 2,9 bilhões (24,9%) em outras receitas, como consequência, principalmente, do ingresso de receitas do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009 e da antecipação de recolhimentos de parcelas utilizando-se dos benefícios do inciso I do § 3º do art. 1º da referida lei (redução nos montantes de multas e juros); iii) aumento de R\$ 4,3 bilhões (19,4%) em cota parte de compensações, devido ao recolhimento trimestral, em outubro, da participação especial pela produção e exploração de petróleo e gás natural; e iv) incremento de R\$ 1,3 bilhão (233,0%) em concessões, em função, especialmente, de receitas no mês de maio de 2011, referentes à outorga de serviços de telecomunicações, principalmente o montante de R\$ 843,3 milhões referentes à prorrogação dos contratos relativos às concessões do Serviço Telefônico Fixo Comutado e ao Serviço Móvel de Pessoal (bandas A e B).

Em outubro de 2011, as transferências a Estados e Municípios totalizaram R\$ 15,2 bilhões, contra R\$ 9,6 bilhões no mês anterior, apresentando aumento de R\$ 5,6 bilhões (58,3%). Esse comportamento resulta de: i) crescimento de R\$ 1,9 bilhão nas demais transferências, impactado pela transferência de R\$ 1,3 bilhão relativas ao Fundeb, de acordo com cronograma 2011 (Portaria Interministerial nº 477/2011); e ii) de R\$ 2,5 bilhões nas transferências constitucionais (IR, IPI e outros), cuja base de cálculo de outubro foi impactada positivamente pela reclassificação de valores para o IR e IPI.

No período de janeiro a outubro de 2011, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R\$ 26,6 bilhões (23,9%), elevando-se de R\$ 111,3 bilhões no acumulado de janeiro a outubro de 2010, para

Transferências a Estados e Municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	SET/11	OUT/11
Constitucionais (IR/IPI/outros)	7.869,4	10.374,9
CIDE-Combustíveis	-	589,6
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	162,5	812,5
Demais	1.601,5	3.470,2
Total	9.633,4	15.247,2

¹ Inclui auxílio financeiro

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.) BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
Decêndio	Set	Out*
Terceiro Decêndio	9.032,0	10.612,8
Primeiro Decêndio	1.936,4	3.375,3
Segundo Decêndio	6.198,5	8.576,6
Total	17.167,0	22.564,8

* Inclui valores transferidos relativos a classificação de IR e IPI por estimativa.

R\$ 138,0 bilhões no mesmo período de 2011. Os principais fatores explicativos dessa evolução são: i) crescimento de R\$ 21,7 bilhões (26,4%) nas transferências constitucionais (IR, IPI e outros), reflexo da maior arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI); e ii) incremento de R\$ 3,7 bilhões (83,4%) nas transferências do Fundeb (complementação da União), devido, principalmente, aos valores transferidos em janeiro e abril de 2011, em conformidade com o cronograma de repasses estabelecido pela Portaria Interministerial nº 577/2010 e ao ajuste anual da distribuição dos recursos do Fundo referente ao ano de 2010 (Portaria MEC nº 380/2011) transferido em abril de 2011.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN - OUT (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Constitucionais (IR/IPI/outros)	82.123,4	103.816,7
CIDE - Combustíveis	1.775,7	2.109,7
Lei Comp. nº 115/20021	3.087,5	2.275,0
Demais	24.339,0	29.751,7
Total	111.325,7	137.953,1

1 Inclui apoio financeiro

Destaque-se que em janeiro de 2010 houve a transferência de R\$ 516,6 milhões decorrente da concessão de Apoio financeiro pela União aos Entes Federados (Lei nº 12.058/2009) referente à parcela de pagamento remanescente do exercício de 2009. Adicionalmente, em abril de 2010, as demais transferências foram impactadas pela prestação de apoio financeiro pela União aos Estados e ao Distrito Federal, no valor de R\$ 800,0 milhões (MP nº 485/2010). Esses dois últimos valores não tiveram equivalentes em 2011.

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	SET/11	OUT/11
Pessoal e Encargos	13.705,2	13.530,5
Custeio e Capital	20.098,0	24.357,5
Despesas do FAT	3.242,3	3.435,0
Subsídios e Subvenções	441,4	1.764,8
LOAS/RMV	2.098,6	2.113,7
Outras	14.315,6	17.044,0
Transferência ao Bacen	181,3	185,2

1 Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e com reordenamento de passivos

Em outubro, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 38,1 bilhões, contra R\$ 34,0 bilhões no mês anterior, apresentando aumento de R\$ 4,1 bilhões (12,0%). Essa evolução decorreu principalmente do aumento de R\$ 1,6 bilhão nas despesas do PAC, de R\$ 1,3 bilhão nas despesas com subsídios e subvenções econômicas, e de R\$ 744,0 milhões nos fundos de desenvolvimento ADA/ADENE.

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais atingiram R\$ 13,5 bilhões em outubro, frente a R\$ 13,7 bilhões registrados em setembro. O pagamento de sentenças judiciais e precatórios registrou R\$ 285,7 milhões no mês, apresentando aumento de R\$ 124,1 milhões em relação ao mês anterior.

O volume de despesas com custeio e capital atingiu R\$ 24,4 bilhões em outubro, contra R\$ 20,1 bilhões em setembro (aumento de R\$ 4,3 bilhões). As principais variações nesse grupo foram registradas: i) nas outras despesas de custeio e capital (aumento de R\$ 2,7 bilhões); ii) nas despesas com subsídios e subvenções econômicas (crescimento de R\$ 1,3 bilhão); iii) nas despesas do FAT (aumentaram de R\$ 192,7 milhões); e iv) na execução da LOAS/RMV (cresceu R\$ 15,0 milhões frente).

As despesas do FAT totalizaram R\$ 3,4 bilhões em outubro, contra R\$ 3,2 bilhões em setembro, com aumento de R\$ 192,7 milhões. Neste item, o pagamento do abono salarial observa o calendário referente ao exercício 2011/2012, regulamentado pela Resolução Codefat nº 668/2011.

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS ¹ OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	SET/11	OUT/11
Agricultura	65,0	1.201,7
Custeio Agropecuário	0,0	411,0
Investimento Rural	0,0	-0,4
Preços Agrícolas	15,4	471,2
- EGF	0,0	34,3
- AGF	-14,6	164,5
- Sustent. de preços	30,0	272,4
Pronaf	10,7	153,4
Pesa	0,0	19,1
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incrá	37,1	145,5
FUNCAFÉ	1,9	2,0
Revitaliza	0,0	0,0
Outros	57,0	75,8
PSI	0,0	0,0
Habituação (PSH)	0,0	0,0
FND	-4,3	-2,4
Exportação (Proex)	61,4	12,6
Itaipu ²	0,0	65,7
Total	122,1	1.277,6

1 Não inclui reordenamento de passivos, despesas com subvenção aos fundos regionais

2 Refere-se à subvenção parcial à remuneração por cessão de energia elétrica de Itaipu, conforme Decreto Legislativo nº 129/2011

Em relação às outras despesas de custeio e capital, o acréscimo de R\$ 2,7 bilhões foi influenciado pelo crescimento das despesas do PAC (R\$ 1,6 bilhão) e das despesas obrigatórias (R\$ 777,3 milhões). Esta última reflete a variação do fundo de desenvolvimento ADA/ADENE (R\$ 744,0 milhões), cujo desembolso foi concentrado no mês de outubro. As despesas discricionárias cresceram R\$ 287,0 milhões devido ao crescimento das despesas do Ministério do Desenvolvimento Social (R\$ 194,2 milhões) e da Educação (R\$ 168,8 milhões), compensados pela redução de R\$ 282,7 milhões das despesas do Ministério da Saúde.

No que tange às despesas com subsídios e subvenções, o aumento de R\$ 1,3 bilhão deveu-se, principalmente, ao aumento de R\$ 411,0 milhões em Custeio Agropecuário e de R\$ 242,4 milhões em Sustentação de Preços, destacando-se também o pagamento de R\$ 65,7 referente à subvenção parcial à remuneração por cessão de energia elétrica de Itaipu, conforme Decreto Legislativo nº 129, de 2011.

No acumulado do ano, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram 10,64% do PIB, contra 12,24% no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se decréscimo de R\$ 11,9 bilhões (3,2%) em relação a 2010, decorrente da redução de R\$ 25,0 bilhões (10,7%) nas Despesas de Custeio e Capital. Este item é impactado pela despesa de R\$ 42,9 bilhões referente à capitalização da Petrobrás realizada em setembro de 2010, sem contrapartida em 2011.

Como proporção do PIB, as despesas com Custeio e Capital passaram de 7,79% para 6,25% do PIB (decréscimo de 1,54 p.p.), explicados por: i) decréscimo de 1,43 p.p. na rubrica Capitalização da Petrobras; ii) decréscimo de 0,18 p.p. na rubrica Outras Despesas de Custeio e Capital; iii) aumento em 0,03 p.p. nas despesas de Subsídios e Subvenções Econômicas; e, iv) crescimento de 0,04 p.p. nas despesas do FAT. As despesas com LOAS/RMV mantiveram-se no mesmo patamar quando expressas em relação ao PIB.

Os dispêndios com a folha salarial registraram redução de 0,08 p.p em relação ao PIB no período, passando de 4,42% em 2010, para 4,33% em 2011. Em termos nominais, houve aumento de R\$ 12,3 bilhões. Destaca-se o pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal de R\$ 5,4 bilhões em 2011, contra desembolso de R\$ 4,3 bilhões no mesmo período de 2010.

As despesas com Subsídios e Subvenções Econômicas alcançaram R\$ 9,3 bilhões em 2011, contra R\$ 7,5 bilhões no mesmo período de 2010. O crescimento de R\$ 1,8 bilhão decorreu, principalmente, do crescimento do programa de fortalecimento da agricultura Familiar - Pronaf (R\$ 1,9 bilhão), das subvenções aos Fundos Regionais (R\$ 905,8 milhões), do Programa de Sustentação de Investimentos – PSI (R\$ 429,0 milhões), do Custeio Agropecuário (R\$ 410,3 milhões) e do Proex (R\$ 380,9 milhões). Por outro lado, diminuíram as despesas com as Aquisições do Governo Federal - AGF (R\$ 1,7 bilhão), com o Reordenamento de Passivos

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL		
BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	SET/11	OUT/11
Precatórios e Sentenças	45,3	42,4
Legislativo	96,1	87,0
Judiciário	468,2	483,6
Crédito Extraordinário	319,9	407,8
PAC	1.258,9	2.831,5
Outras	114,2	891,5
Discricionárias	12.013,1	12.300,1
d/q Min. da Saúde	4.988,0	4.705,3
Min. do Des. Social	1.688,8	1.883,0
Min. da Educação	1.792,4	1.961,2
Min. da Defesa	1.108,4	1.140,3
Min. da Ciência e Tec.	349,7	373,2
Min. dos Transportes	154,5	208,9
Min. da Justiça	207,5	238,8
Min. da Previdência	145,5	131,0
Min. dos Transportes	81,8	106,0
Min. das Cidades	108,5	168,2
Demais	1.387,9	1.384,2
Total	14.315,6	17.044,0

¹ Exclui crédito extraordinário relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento

² Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário

³ Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistiações, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

As despesas do Tesouro Nacional diminuiram R\$ 11,9 bilhões no período de janeiro a outubro de 2011 frente ao mesmo período de 2010, reflexo da despesa de R\$ 42,9 bilhões relativos à capitalização da Petrobras realizada em setembro de 2010, sem contrapartida em 2011.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, JAN - OUT (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Tesouro Nacional	12,24%	10,64%
Pessoal e Encargos	4,42%	4,33%
Custeio e Capital	7,79%	6,25%
Despesas do FAT	0,84%	0,88%
Subsídios e Subvenções ¹	0,25%	0,28%
Capitalização da Petrobras	1,43%	0,00%
Outras	4,66%	4,48%
Transferência ao Bacen	0,03%	0,05%

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

Os dispêndios com a folha salarial registraram redução de 0,08 p.p em relação ao PIB no acumulado de 2011 relativamente ao mesmo período de 2010.

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS ¹		
OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO		
BRASIL, JAN - OUT (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Agricultura	4.702,7	4.964,8
Custeio Agropecuário	488,8	899,2
Investimento Rural	-1,4	23,4
Preços Agrícolas	2.655,7	596,6
- EGF	88,7	76,3
- Sustent. de preços	1.210,2	908,4
Pronaf	403,7	2.315,2
Pesa	403,8	574,2
Cacau	0,0	0,1
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	677,4	480,8
FUNCAFÉ	74,8	49,7
Revitaliza	0,0	25,7
Outros	-96,3	773,5
PSI	0,0	429,0
Habitação (PSH)	0,0	0,0
FND	-19,9	-25,6
Exportação (Proex)	-76,4	304,4
Itaipu ²	0,0	65,7
Total	4.606,4	5.738,3

¹ Não inclui ressarcimento de passivos, despesas com subvenção aos fundos regionais e subvenção à

² Retiro da subvenção parcelar à remuneração por cessão de energia elétrica do Itaipu, conforme

Decreto Legislativo nº 129/2011

Em 2011, os gastos com o Programa de Aceleração de Crescimento - PAC aumentaram R\$ 3,1 bilhões (incremento de 17,7%) em relação ao exercício de 2010.

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL		
BRASIL, JAN - OUT (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Precatórios e Sentenças	2.286,0	2.518,1
Legislativo	937,3	1.021,0
Judiciário	4.439,5	4.612,1
Crédito Extraordinário ¹	6.824,1	4.426,9
PAC ²	17.683,4	20.815,3
Outras ³	1.804,0	2.006,7
Discricionárias	106.251,5	114.574,8
d/q Min. da Saúde	43.087,1	46.491,4
Min. do Des. Social	13.947,0	16.303,4
Min. da Educação	15.512,0	17.700,4
Min. da Defesa	9.250,5	10.331,2
Min. da Ciência e Tec.	3.374,4	3.486,0
Min. do Des. Agrário	1.919,9	1.615,3
Min. da Justiça	2.480,5	2.197,2
Min. da Previdência	1.734,1	1.595,0
Min. dos Transportes	849,8	833,5
Min. das Cidades	1.068,0	791,8
Demais	13.028,1	13.229,6
Total	140.225,9	149.974,9

¹ Exclui crédito extraordinário relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento.

² Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário

³ Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

(R\$ 283,4 milhões), com o Programa de Fundo da Terra/Incra (R\$ 196,6 milhões), e com Programa de Sustentação de Preços (R\$ 301,8 milhões).

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram R\$ 2,2 bilhões (12,2%) em relação ao mesmo período de 2010. Essa variação é explicada: i) pelos reajustes no salário mínimo em 2011, de 5,9% no mês de janeiro (MP nº 516/2010) e de 0,9% no mês de março (Lei nº 12.382/2011); e ii) pelo crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos, que foi de 6,7% no período de janeiro a outubro de 2011 relativamente a igual período de 2010 (média contra média).

QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS						
BRASIL, 2001-2011						
	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idosos	Variação em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Variação em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média 2007	2.575.467	8%	1.239.649	10%	1.335.818	6%
média 2008	2.810.538	9%	1.360.235	10%	1.450.303	9%
média 2009	3.052.295	9%	1.487.566	9%	1.564.729	8%
média 2010	3.290.375	8%	1.583.853	6%	1.706.522	9%
out/01	1.281.573	-	439.563	-	842.010	-
out/02	1.435.654	12%	521.824	19%	913.830	9%
out/03	1.619.263	13%	620.997	19%	998.266	9%
out/04	1.869.134	15%	800.433	29%	1.068.702	7%
out/05	2.155.104	15%	991.465	24%	1.163.640	9%
out/06	2.373.030	10%	1.122.420	13%	1.250.610	7%
out/07	2.556.288	8%	1.229.427	10%	1.326.860	6%
out/08	2.788.243	9%	1.348.735	10%	1.439.508	8%
out/09	3.032.023	9%	1.477.799	10%	1.554.224	8%
out/10	3.270.031	8%	1.576.635	7%	1.693.396	9%
out/11	3.490.366	6,7%	1.653.198	5%	1.837.168	8%

As Outras Despesas de Custeio e Capital cresceram R\$ 9,7 bilhões (7,0%) entre janeiro e outubro de 2011, em relação ao mesmo período do exercício anterior, destacando-se as despesas discricionárias, com aumento de R\$ 8,3 bilhões (7,8%), e o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, com elevação de R\$ 3,1 bilhões (17,7%). Por outro lado, registraram redução no período as despesas com créditos extraordinários (R\$ 2,4 bilhões, 35,1%) e os Fundos de Desenvolvimento - ADA/ADENE (R\$ 156,1 milhões, 17,3%). Responderam pelo crescimento das despesas discricionárias principalmente os Ministérios da Saúde (R\$ 3,4 bilhões), do Desenvolvimento Social (R\$ 2,4 bilhões), da Educação (R\$ 2,2 bilhões) e da Defesa (R\$ 1,1 bilhão). Os investimentos totais (Tabela A9) atingiram o montante de R\$ 34,8 bilhões, apresentando redução de 3,7% em relação ao mesmo período de 2010.

O montante de restos a pagar (RP) pagos até outubro de 2011, segundo a ótica do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, relativos a custeio e investimento, exceto Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), correspondeu a R\$ 20,0 bilhões. Do total dos RP pagos, a execução concentrou-se, principalmente, nos Ministérios da Educação (R\$ 5,0 bilhões), da Saúde (R\$ 3,5 bilhões), da Defesa (R\$ 3,3 bilhões), e da Ciência e Tecnologia (R\$ 1,2 bilhão).



Em outubro, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 1,3 bilhão, contra um déficit de R\$ 9,4 bilhões em setembro (redução de R\$ 8,0 bilhões ou 85,8%). Esse resultado explica-se basicamente pelo pagamento ocorrido no mês anterior de parcela do abono equivalente à gratificação natalina à maioria dos segurados e dependentes da Previdência Social. Em relação ao ano anterior, o déficit previdenciário reduziu-se em R\$ 5,7 bilhões, passando de R\$ 41,9 bilhões de janeiro a outubro de 2010, para R\$ 36,2 bilhões no mesmo período de 2011.

Previdência Social

Em outubro, a Previdência Social registrou déficit de R\$ 1,3 bilhão, contra déficit de R\$ 9,4 bilhões em setembro. No período de janeiro a outubro de 2011, o déficit do RGPS situou-se em 1,08% do PIB, frente a um déficit equivalente a 1,39% do PIB registrado em igual período de 2010.

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2010-2011

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	SET	OUT	JAN - OUT	
	2011	2011	2010	2011
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	19.793,4	20.521,6	163.524,5	190.633,7
Arrecadação Bruta	22.131,0	22.681,9	181.916,9	212.705,9
- Contribuição Previdenciária	19.747,8	20.120,9	164.326,7	190.778,2
- Simples	2.203,6	2.138,5	15.412,4	19.646,7
- CFT	21,8	42,7	444,9	333,3
- Depósitos Judiciais	148,4	370,2	1.625,7	1.846,8
- Refis	9,4	9,6	107,1	100,9
(-) Restituição/Devolução	-226,8	-63,8	-510,3	-843,8
(-) Transferências a Terceiros	-2.110,8	-2.096,4	-17.882,0	-21.228,4
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	29.143,8	21.849,8	205.465,1	226.849,2
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-9.350,4	-1.328,1	-41.940,5	-36.215,5
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,39%	-1,08%

No mês, a arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 20,5 bilhões, apresentando aumento de R\$ 728,2 milhões (3,7%) frente aos ingressos líquidos de setembro. Comparativamente ao acumulado de janeiro a outubro de 2010, a arrecadação líquida em 2011 aumentou R\$ 27,1 bilhões (16,6%). Contribuiu para esse comportamento o crescimento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE), a massa salarial observada entre dezembro de 2010 e

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, JAN - OUT (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011	%
Contribuição	163.524,5	190.633,7	16,6%
Urbano	159.617,8	186.220,1	16,7%
Rural	3.906,7	4.413,7	13,0%
Benefícios	205.465,1	226.849,2	10,4%
Urbano	160.209,7	177.252,8	10,6%
Rural	45.255,4	49.596,4	9,6%
Res. Primário	-41.940,5	-36.215,5	-13,7%
Urbano	-591,9	8.967,2	-1615,0%
Rural	-41.348,6	-45.182,7	9,3%

setembro de 2011 foi 14,51% superior à verificada no período correspondente de 2009/2010.

As despesas com benefícios, em outubro, totalizaram R\$ 21,8 bilhões, apresentando uma redução de R\$ 7,3 bilhões (25,0%) em relação a setembro. Esse recuo se explica, pelo pagamento, ocorrido no mês anterior, de 50% do abono equivalente à gratificação de Natal a cerca de metade dos segurados e dependentes da Previdência Social que auferem benefícios no valor de até um salário mínimo, nos termos do art. 41-A, § 3º, da Lei nº 8.213/1991, bem como à totalidade dos beneficiários com direito a mais de um salário mínimo.

Comparativamente ao acumulado no período de janeiro a outubro de 2010, o aumento das despesas foi de R\$ 21,4 bilhões (10,4%). Isso é explicado, principalmente, por dois fatores: (i) aumento de R\$ 48,74 (6,5%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e (ii) elevação de 916,5 mil (3,8%) na quantidade média mensal de benefícios pagos.

No estoque de benefícios de 2011, comparado ao de 2010, destacam-se os aumentos de 541,8 mil aposentadorias (3,5%), 170,3 mil pensões por morte (2,6%) e 187,2 mil benefícios de auxílio-doença (15,2%).

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, MÉDIA JAN-OUT			
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011	%
Quantidade RGPS*	23,8	24,7	3,8%
Valor médio RGPS**	753,1	801,9	6,5%

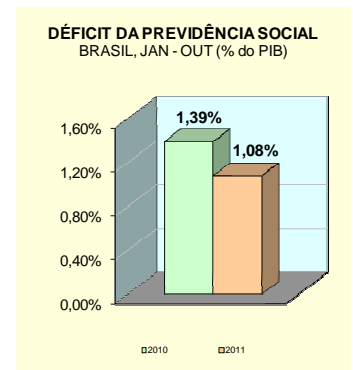
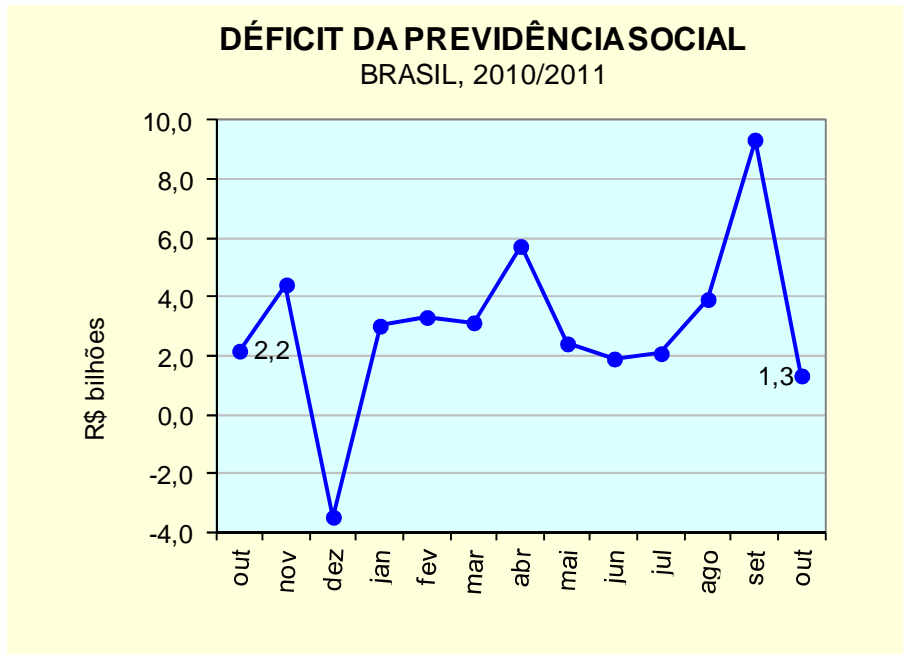
(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA		
BRASIL, JAN - OUT (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Contribuição	5,44%	5,69%
Urbano	5,31%	5,56%
Rural	0,13%	0,13%
Benefícios	6,83%	6,77%
Urbano	5,33%	5,29%
Rural	1,50%	1,48%
Res. Primário	-1,39%	-1,08%
Urbano	-0,02%	0,27%
Rural	-1,37%	-1,35%

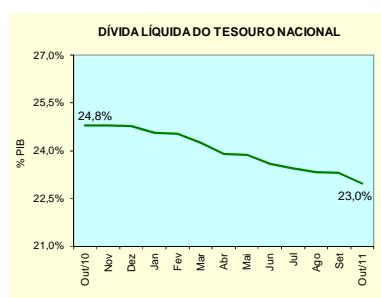
TABELA 3				
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL				
BRASIL, 2010-2011				
	Em mil benefícios			
	SET 2011	OUT 2011	JAN - OUT	
			2010	2011
Benefícios do RGPS	24.991	25.047	23.821	24.737
Previdenciários	24.157	24.213	23.026	23.908
Aposentadorias	15.997	16.044	15.296	15.831
Idade	8.376	8.403	7.986	8.284
Invalidez	2.996	3.000	2.925	2.979
Tempo de contribuição	4.625	4.641	4.386	4.568
Pensão por morte	6.753	6.768	6.529	6.701
Auxílio-Doença	1.259	1.257	1.072	1.236
Salário - maternidade	82	78	72	77
Outros	66	67	55	63
Acidentários	834	834	795	829
Aposentadorias	172	173	162	170
Pensão por morte	124	124	126	125
Auxílio - doença	181	180	156	180
Auxílio - acidente	286	287	278	284
Auxílio - suplementar	70	70	73	71

Como proporção do PIB, em relação a janeiro a outubro de 2010, houve aumento da receita previdenciária em 0,26 p.p. e redução dos gastos com benefícios previdenciários em 0,06 p.p. Como resultado, o déficit primário do RGPS diminuiu

de 1,39% para 1,08% do PIB, ou seja, 0,31 p.p. menor que o registrado no ano anterior.



Em outubro, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 922,1 bilhões, o equivalente a 23,0% do PIB, reduzindo-se em 1,8 p.p do PIB em relação a outubro de 2010.



Dívida Interna Líquida

A Dívida Interna Líquida diminuiu 1,1 p.p. do PIB em comparação a outubro de 2010.

DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional – DLTN alcançou o montante de R\$ 922,1 bilhões em outubro, o equivalente a 23,0% do PIB. Comparativamente ao mês anterior, houve redução de R\$ 6,8 bilhões em termos nominais, resultado da diminuição de R\$ 10,8 bilhões na Dívida Externa Líquida e do aumento de R\$ 4,0 bilhões no estoque da Dívida Interna Líquida. Em proporção ao PIB, a DLTN reduziu 0,3 p.p. em relação ao mês anterior.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2010/2011

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2010 OUT	2011 SET OUT	
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	801.838	844.529	848.548
I.1. Dívida Interna	2.234.257	2.430.981	2.456.348
I.2. Haveres Internos	1.432.420	1.586.452	1.607.801
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	91.955	84.330	73.533
II.1. Dívida Externa	92.209	84.821	73.937
II.2. Haveres Externos	254	491	404
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	893.793	928.859	922.081
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	24,8%	23,3%	23,0%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em relação ao ano anterior, a DLTN em proporção do PIB reduziu 1,8 p.p., passando de 24,8% em outubro de 2010, para 23,0% em outubro de 2011. Em termos nominais, houve aumento de R\$ 28,3 bilhões, no mesmo período, consequência do crescimento de R\$ 46,7 bilhões no estoque da Dívida Interna Líquida, compensado pela redução R\$ 18,4 bilhões no estoque da Dívida Externa Líquida.

Em outubro, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 848,5 bilhões, o equivalente a 21,1% do PIB. A variação de R\$ 4,0 bilhões, em relação ao mês anterior, explica-se pelo aumento de R\$ 25,4 bilhões no estoque da dívida interna bruta, compensado pelo aumento dos haveres internos no valor de R\$ 21,3 bilhões.

Relativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional, tomada em proporção do PIB, diminuiu 1,1 p.p., passando de 22,2% para 21,1%. Em termos nominais, passou de R\$ 801,8 bilhões, em outubro de 2010, para R\$ 848,5 bilhões, em outubro de 2011. Houve aumento de R\$ 222,1 bilhões no estoque da dívida interna e de R\$ 175,4 bilhões nos haveres internos.

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2010/2011

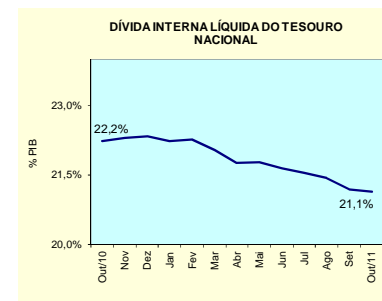
DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2010	2011	
	OUT	SET	OUT
I. DÍVIDA INTERNA	2.234.257	2.430.981	2.456.348
I.1. Dívida Mobiliária	2.219.659	2.419.614	2.445.299
DPMFi em Poder do Público ¹	1.552.722	1.723.918	1.732.625
DPMFi em Poder do Banco Central	691.074	723.191	739.456
(-) Aplicações em Títulos Públicos ²	(24.137)	(27.496)	(26.781)
I.2. Demais Obrigações Internas	14.598	11.368	11.049
II. HAVERES INTERNOS	1.432.420	1.586.452	1.607.801
II.1. Disponibilidades Internas	374.089	435.095	455.592
II.2. Haveres junto aos Governos Regionais	461.812	483.523	485.814
II.3. Haveres da Administração Indireta	233.609	253.077	255.598
II.4. Haveres Administrados pela STN	362.910	414.757	410.797
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	801.838	844.529	848.548
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB³	22,2%	21,2%	21,1%

(*) Dados sujeitos a alteração.

\1 Inclui TDA e dívida securitizada.

\2 Refere-se a aplicações do FAT e fundos diversos em títulos públicos federais.

\3 PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.



Em outubro, a Dívida Mobiliária (Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi), descontadas as aplicações do FAT e de outros fundos públicos em títulos federais, comparativamente ao mês anterior, cresceu R\$ 25,7 bilhões em termos nominais e 0,2 p.p. em proporção do PIB. Essa variação da DPMFi pode ser explicada pela apropriação de juros no valor de R\$ 22,5 bilhões e pela emissão líquida de R\$ 2,5 bilhões ocorrida no período. Em relação a outubro do ano anterior, a DPMFi aumentou R\$ 225,6 bilhões em termos nominais; entretanto, em proporção do PIB, reduziu 0,7 p.p., passando de 61,6% em 2010 para 60,9% em outubro de 2011.

Na carteira de títulos em poder do público, o estoque aumentou R\$ 8,7 bilhões, resultado da apropriação de juros no total de R\$ 15,4 bilhões e do resgate líquido de R\$ 6,7 bilhões. Na carteira do Banco Central, houve aumento de R\$ 16,3 bilhões em decorrência da emissão líquida de R\$ 9,2 bilhões e da apropriação de juros no total de R\$ 7,1 bilhões.

Quanto à composição da carteira em poder do público, comparada ao mês anterior, as variações mais significativas ocorreram no estoque de NTN-B, com aumento de R\$ 9,9 bilhões, de LTN, com redução de R\$ 7,9 bilhões e de LFT cujo aumento alcançou R\$ 4,5 bilhões.

Título	R\$ bilhões		
	2010	2011	
	OUT	SET	OUT
Em Poder do Público	1.552,7	1.723,9	1.732,6
LFT	517,4	560,6	565,2
LTN	323,7	365,6	357,7
NTN-B	365,7	441,3	451,1
NTN-C	62,3	61,7	61,6
NTN-F	246,6	260,2	263,4
Demais ¹	37,0	34,6	33,6
Aplic. em Tit. Púb.	(24,1)	(27,5)	(26,8)
Na carteira do BCB	691,1	723,2	739,5
Total	2.219,7	2.419,6	2.445,3
% PIB	61,6%	60,7%	60,9%

\1 Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

TABELA 6
VARIAÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, OUT/2011

R\$ bilhões

Discriminação	R\$ bilhões		
	2010		2011
	OUT	SET	OUT
Lei 9.496/97	341,2	363,6	366,2
MP 2.185/01	54,4	58,9	59,5
Lei 8.727/93	34,5	30,1	29,7
Antecipação de Royalties	10,2	9,0	9,1
Bônus Renegociados	5,4	5,5	5,0
Lei 7.976/89	0,0	0,0	0,0
Demais Haveres	16,1	16,3	16,3
Total	461,8	483,5	485,8
% PIB	12,8%	12,1%	12,1%

Título	Saldo Set/11	Fatores de Variação ¹			Saldo Out/11
		Emissões	Resgates ²	Juros ³	
Em poder do público	1.723,9	27,2	(33,8)	15,4	1.732,6
LFT	560,6	0,8	-1,1	4,9	565,2
LTN	365,6	16,7	(27,7)	3,0	357,7
NTN-B	441,3	8,1	(2,9)	4,7	451,1
NTN-C	61,7	0,0	(0,9)	0,8	61,6
NTN-F	260,2	0,7	(0,0)	2,5	263,4
Demais ⁴	34,6	0,9	(1,3)	-0,5	33,6
Na carteira do BCB	723,2	21,7	(12,5)	7,1	739,5
Total	2.447,1	48,9	(46,3)	22,5	2.472,1

(*) Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

¹ Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimo) ao saldo da obrigação.

² Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

³ Refere-se aos juros apropriados por competência.

⁴ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

Os haveres internos do Tesouro Nacional cresceram R\$ 21,3 bilhões no mês de outubro. Esse comportamento reflete o crescimento de R\$ 20,5 bilhões nas disponibilidades internas, de R\$ 2,5 bilhões nos haveres da administração indireta, de R\$ 2,3 bilhões nos haveres junto aos governos regionais, e a redução de R\$ 4,0 bilhões nos haveres administrados pela STN.

Em relação aos haveres da administração indireta, o aumento de R\$ 2,5 bilhões decorre do acréscimo de R\$ 1,1 bilhão no saldo dos Fundos diversos, de R\$ 817,0 milhões nos haveres do FAT e de R\$ 648,7 milhões nos saldos dos Fundos Constitucionais Regionais.

Quanto à evolução dos haveres junto aos governos regionais, as maiores variações foram verificadas nos saldos devedores das dívidas renegociadas ao amparo da Lei nº 9.496/1997 e da MP nº 2.185/2001, com aumento de R\$ 3,2 bilhões, e nos saldos dos Bônus Renegociados e dívida renegociada ao amparo da Lei nº 8.727/93, com reduções de R\$ 533,3 milhões e R\$ 401,9 milhões, respectivamente.

Em relação aos haveres administrados pela STN, houve redução de R\$ 2,6 bilhões no saldo dos haveres de legislação específica, de R\$ 759,4 milhões nos haveres de operações estruturadas e de R\$ 642,5 milhões nos demais haveres administrados pela STN.

Em outubro, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 73,5 bilhões, contra R\$ 84,3 bilhões, em setembro. Houve redução de R\$ 10,8 bilhões em termos nominais e de 0,3 p.p. do PIB. Essa variação reflete a

Dívida Externa Líquida

Entidade	R\$ bilhões		
	2010		2011
	OUT	SET	OUT
FAT	144,7	152,8	153,6
Fundos Regionais	56,9	63,8	64,5
Demais	32,1	36,4	37,5
Total	233,6	253,1	255,6

variação cambial negativa de R\$ 6,3 bilhões, o resgate líquido de R\$ 5,2 bilhões e a apropriação de juros no valor de R\$ 587,9 milhões.

Em outubro de 2011, a Dívida Externa Líquida totalizou R\$ 73,5 bilhões, equivalentes a 1,8% do PIB, valor inferior, em 0,7 p.p. do PIB, ao registrado no mesmo mês do ano anterior

TABELA 7
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2010/2011

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2010	2011	
	OUT	SET	OUT
I. DÍVIDA EXTERNA	92.209	84.821	73.937
I.1. Dívida Mobiliária	72.609	68.201	63.500
Euro	7.012	4.236	4.038
Global US\$	53.406	52.148	47.547
Global BRL	12.031	11.702	11.809
Demais	160	115	105
I.2. Dívida Contratual	19.600	16.620	10.437
Organismos Internacionais	16.766	12.047	6.312
Bancos Privados e Agências Governamentais	2.834	4.573	4.125
II. HAVERES EXTERNOS	254	491	404
II.1. Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	254	491	404
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	91.955	84.330	73.533
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	2,6%	2,1%	1,8%

(*) Dados sujeitos a alteração.
¹ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Comparativamente ao ano anterior, a redução foi de R\$ 18,4 bilhões, passando de R\$ 92,0 bilhões, em outubro de 2010, para R\$ 73,5 bilhões, em outubro de 2011. Em percentual do PIB, diminuiu 0,7 p.p.

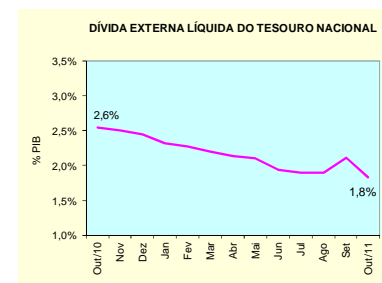
TABELA 8
VARIÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, OUT/2011

Discriminação	Estoque Set/11	Fatores de Variação				Estoque Out/11
		Emissões	Resgates ¹	Juros ²	Variação Cambial	
Dívida Mobiliária³	68.201	0	(273)	473	(4.901)	63.500
Global US\$	52.148	0	(273)	337	(4.665)	47.547
Euro	4.236	0	0	28	(226)	4.038
Global BRL	11.702	0	0	107	0	11.809
Demais	115	0	0	1	(10)	105
Dívida Contratual	16.620	27	(4.915)	115	(1.410)	10.437
Org. Internacionais	12.047	21	(4.768)	71	(1.059)	6.312
Bancos Priv./Ag. Gov.	4.573	6	(147)	44	(351)	4.125
Total	84.821	26,9	(5.187,7)	587,9	(6.311,2)	73.937

¹ Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos, pagamentos antecipados e outros ajustes.

² Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.

³ A partir de Jan/2010, o estoque da dívida mobiliária passou a ser apurado pelo método da TIR, alinhando-se à metodologia utilizada na apuração do estoque da DPMFI.



Do estoque total da dívida externa, a dívida mobiliária corresponde a 85,9% (R\$ 63,5 bilhões) e a dívida contratual representa 14,1% (R\$ 10,4 bilhões).

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Receitas Primárias do Governo Central

Tabela A3 – Despesas primárias do Governo Central

Tabela A4 – Execução Financeira do Tesouro Nacional

Tabela A5 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A6 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida do Tesouro Nacional

Tabela A8 – Haveres do Tesouro Nacional

d) Outras Informações

Tabela A9 – Investimento do Governo Federal por Órgão até Outubro 2011/2010

e) Boletim de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
PSI – Programa de Sustentação do Investimento
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

	Out/2010	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2011
I. RECEITA TOTAL	74.052,9	71.091,4	97.919,3	90.874,1	66.980,4	73.536,4	89.354,9	75.600,5	83.665,4	90.139,5	74.965,2	78.476,1	86.715,0
I.1. Receitas do Tesouro	56.348,6	53.040,9	66.913,3	73.648,7	48.985,0	55.294,1	70.586,1	56.326,6	63.849,2	70.168,3	54.293,8	58.472,3	65.988,5
I.1.1. Receita Bruta	58.989,4	54.152,0	67.554,1	74.092,2	49.390,5	55.541,2	70.914,5	56.800,5	66.282,8	72.684,3	56.611,4	59.909,5	68.853,8
I.1.1.1. Impostos	28.383,7	24.532,9	32.025,3	37.986,5	22.106,7	26.176,6	34.513,1	25.932,2	29.748,9	32.464,5	25.321,3	25.435,0	35.366,3
IR	19.882,7	16.133,7	23.328,1	29.749,4	14.644,6	18.468,1	25.933,8	17.450,7	21.107,9	23.311,3	16.159,8	15.873,1	25.426,8
IR - Pessoa Física	1.577,2	1.567,4	1.176,5	1.006,9	774,0	838,2	4.861,4	2.635,7	1.842,2	1.697,4	1.719,3	1.563,8	2.383,7
IR - Pessoa Jurídica	10.227,8	5.420,1	8.616,9	15.838,8	5.929,0	8.635,0	11.160,9	6.182,8	6.673,6	12.380,8	6.080,9	5.804,3	12.611,7
IR - Retido na Fonte	8.077,7	9.146,2	13.534,7	12.903,6	7.941,6	8.994,9	9.911,6	8.632,2	12.592,0	9.233,0	8.359,6	8.505,0	10.431,4
IRRF - Rendimentos do Trabalho	4.603,8	6.199,4	5.814,1	7.110,3	5.105,2	6.407,2	5.998,6	5.362,2	5.183,1	5.225,7	5.076,6	5.330,6	5.199,3
IRRF - Rendimentos do Capital	1.853,3	1.584,9	5.373,0	3.513,4	1.383,8	1.258,9	2.078,5	1.732,2	5.926,1	1.843,9	1.817,7	1.765,1	3.368,9
IRRF - Remessas ao Exterior	1.033,9	820,2	1.733,5	1.536,3	903,9	811,8	1.293,6	987,8	815,5	1.451,1	884,8	789,1	1.288,1
IRRF - Outros Rendimentos	586,7	541,6	614,1	743,6	548,6	517,0	540,9	550,0	667,3	712,4	580,5	620,2	575,0
IPI	3.646,6	3.922,7	4.182,3	3.981,2	3.362,9	3.585,8	3.862,8	3.637,8	3.755,0	4.115,0	3.781,8	4.073,7	4.587,3
IPI - Fumo	302,1	323,8	310,2	347,6	371,2	263,2	331,4	262,1	304,8	286,3	297,7	316,2	305,1
IPI - Bebidas	230,2	216,3	242,1	276,0	188,5	197,4	205,0	222,4	227,8	236,2	231,5	263,7	282,1
IPI - Automóveis	560,1	601,9	656,9	651,4	484,5	603,4	628,1	586,3	593,8	587,3	612,6	585,1	714,6
IPI - Vinculado a importação	1.008,1	1.151,0	1.072,0	959,2	960,0	1.062,1	1.002,4	1.044,3	1.029,4	1.098,3	1.198,9	1.248,4	1.356,3
IPI - Outros	1.546,1	1.629,7	1.901,0	1.747,0	1.358,6	1.459,7	1.695,9	1.522,6	1.599,3	1.906,9	1.441,0	1.660,3	1.929,2
IOF	2.874,9	2.351,6	2.549,3	2.368,1	2.200,4	1.991,5	2.802,1	2.669,7	2.810,3	2.833,9	2.904,3	2.740,9	2.858,5
Imposto de Importação	1.918,0	2.078,7	1.917,1	1.878,0	1.888,8	2.121,0	1.904,2	2.164,8	2.062,3	2.188,8	2.462,0	2.387,3	2.427,3
Outros	61,5	46,3	48,5	9,9	10,0	10,2	10,2	9,3	13,4	15,5	13,3	360,0	66,6
I.1.1.2. Contribuições	23.190,6	21.111,0	27.162,8	28.241,2	20.096,6	22.101,6	23.608,2	21.409,2	22.377,0	30.757,5	23.171,2	22.753,7	25.306,9
COFINS	12.801,0	12.833,4	13.473,2	13.643,6	11.518,4	12.518,6	12.677,3	12.643,8	13.192,2	13.398,6	13.834,0	13.529,7	13.536,4
CPMF	15,1	17,4	10,3	4,8	13,4	11,2	5,3	7,0	4,8	11,2	32,2	7,9	6,4
CSLL	5.049,5	2.991,9	4.119,8	8.020,5	3.359,6	4.229,8	5.238,1	3.165,5	3.370,4	11.660,3	3.335,1	3.088,4	5.921,9
CIDE-Combustíveis	703,7	677,6	660,9	727,2	674,2	662,6	883,7	796,3	746,7	774,6	847,6	911,9	836,5
Pis/Pasep	3.276,1	3.311,2	7.496,8	3.623,6	3.160,5	3.287,0	3.394,8	3.425,4	3.482,4	3.545,4	3.585,6	3.565,9	3.515,7
Salário Educação	898,5	921,7	940,1	1.695,3	996,9	977,1	960,6	981,0	1.010,5	1.010,1	1.043,1	1.218,8	1.058,2
Outras	446,7	357,7	461,7	526,2	373,7	415,1	448,3	390,1	570,2	357,2	493,6	431,0	431,8
I.1.1.3. Demais	7.415,1	8.508,1	8.366,0	7.864,6	7.187,1	7.263,1	12.793,2	9.459,1	14.156,9	9.462,3	8.118,9	11.720,8	8.180,5
CPSS ¹	844,3	1.387,0	1.057,2	849,8	861,1	867,7	857,0	864,7	885,0	881,9	879,6	955,4	837,3
Cota parte de compensações financeiras	3.358,9	1.119,5	1.146,6	3.823,5	1.290,8	1.222,6	4.616,0	1.414,5	1.475,5	5.001,9	1.415,5	1.417,3	4.765,5
Diretamente arrecadadas	2.053,5	2.016,8	3.064,1	2.719,8	2.681,4	2.223,7	4.819,4	2.324,1	2.244,6	2.776,2	2.401,9	2.596,4	2.382,5
Concessões	15,5	14,2	593,9	256,1	9,7	15,6	11,4	1.071,9	346,4	55,7	11,4	14,6	39,6
Dividendos	4,6	2.961,6	2.641,8	2,3	1.549,1	1.616,3	2.245,9	2.570,6	2.302,8	1.511,6	932,1	4.589,3	9,1
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras	1.138,3	1.009,0	-137,5	213,0	795,0	1.317,3	243,4	1.213,2	6.902,6	-765,0	2.478,5	2.147,8	146,5
I.1.2. (-) Restituições	-2.640,8	-1.111,2	-640,8	-391,7	-405,5	-247,1	-328,4	-403,9	-2.433,6	-2.489,6	-2.316,7	-1.336,7	-2.841,9
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-51,9	0,0	0,0	0,0	-70,0	0,0	-26,4	-0,9	-100,4	-23,5
I.2. Receitas da Previdência Social	17.563,6	17.920,1	30.523,7	17.115,8	17.777,6	18.020,2	18.546,2	19.039,8	19.612,1	19.756,1	20.450,9	19.793,4	20.521,6
Urbana	17.150,0	17.505,6	30.030,5	16.741,7	17.438,6	17.638,8	18.064,0	18.542,2	19.147,1	19.314,0	19.978,4	19.309,4	20.047,9
Rural	413,6	414,5	493,2	374,1	339,0	383,4	482,2	497,6	465,0	442,1	472,5	484,0	473,7
I.3. Receitas do Banco Central	140,7	130,4	482,3	109,6	217,8	222,1	222,6	234,1	204,1	215,1	220,4	210,5	204,9
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	11.715,0	12.638,8	16.713,8	15.553,2	15.851,2	10.475,2	14.397,7	16.281,9	13.984,7	12.340,1	14.188,4	9.633,4	15.247,2
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	7.941,5	9.476,3	14.144,6	11.562,1	12.402,2	8.127,0	10.779,2	12.259,1	11.128,2	9.512,1	9.802,4	7.869,4	10.374,9
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115 ²	1.137,5	162,5	650,0	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	812,5
II.3. Transferências da Cide	479,3	0,0	0,0	477,4	0,0	0,0	477,6	0,0	0,0	565,1	0,0	0,0	589,6
II.4. Demais	2.156,8	3.000,0	1.919,2	3.351,2	3.286,5	2.185,8	2.978,3	3.860,3	2.694,0	2.100,4	4.223,5	1.601,5	3.470,2
II.4.1. Salário Educação	558,7	539,1	553,0	440,5	1.140,4	598,4	586,1	577,0	588,2	606,3	606,0	625,8	731,3
II.4.2. Royalties (lei nº 9.478/97)	836,0	1.933,9	843,0	852,8	2.124,8	1.071,5	791,3	2.767,3	1.044,0	961,3	2.967,3	934,7	1.186,3
II.4.3. Fundef/Fundeb	478,6	478,6	478,6	2.001,0	8,3	501,5	1.586,2	501,5	1.047,6	512,7	634,0	0,0	1.268,0
II.4.4. Outras	283,5	48,4	44,6	56,9	13,0	14,3	14,7	14,4	14,3	20,2	16,1	41,0	284,5

* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS.

¹ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

² Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

TABELA A4 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL *

R\$ milhões

	Out/2010	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2011
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	67.718,2	80.502,3	108.491,5	60.929,8	85.175,1	73.618,1	80.507,7	87.599,8	77.869,6	82.379,2	92.358,7	77.619,8	78.793,0
I.1 - Recolhimento Bruto	47.365,3	59.623,1	73.589,0	40.091,4	64.761,8	52.142,6	58.106,1	63.938,5	55.178,7	60.919,4	67.978,0	53.431,3	54.411,6
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-51,9	0,0	0,0	0,0	-70,0	0,0	-26,4	-0,9	-100,4	-23,5
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.331,4	2.143,2	1.774,2	1.781,3	1.787,2	1.816,9	1.387,8	2.284,2	1.837,6	1.297,9	2.477,0	1.877,9	1.950,4
I.4 - Receita das Operações de Crédito	113,6	699,0	319,2	240,9	499,9	478,3	185,7	291,8	152,5	170,9	115,0	142,0	178,3
I.5 - Receita do Salário Educação	998,1	1.024,9	1.041,8	1.881,1	1.099,6	1.083,7	1.067,4	1.089,0	1.121,7	1.120,2	1.155,4	1.182,5	1.177,7
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	17.909,7	17.012,1	31.767,3	16.987,0	17.026,6	18.096,5	19.760,8	20.066,4	19.579,2	18.897,2	20.634,4	21.086,5	21.098,4
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS	71.387,8	86.341,4	80.653,6	105.092,0	80.350,7	76.138,9	80.264,8	88.489,8	82.913,8	94.114,2	91.445,3	78.089,0	79.509,7
II.1 - Liberações Vinculadas	15.414,3	16.410,9	19.513,1	21.910,2	19.941,0	13.611,2	17.998,4	19.704,7	16.869,8	15.827,0	17.659,0	13.578,2	18.077,3
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	8.460,7	10.098,7	14.929,1	12.323,4	13.222,3	8.662,3	11.488,9	13.073,7	11.863,4	10.137,5	10.447,5	8.384,4	11.051,8
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	2.157,8	2.522,0	1.437,8	1.838,5	3.267,4	1.684,0	1.870,0	3.356,7	1.646,5	2.152,9	3.589,6	1.601,7	2.791,8
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	1.137,5	650,0	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	812,5
II.1.4 - Outras Vinculações	3.658,3	3.140,2	2.983,8	7.585,8	3.288,9	3.102,3	4.477,0	3.111,9	3.197,4	3.374,0	3.459,4	3.429,5	3.421,2
II.2 - Liberações Ordinárias	55.973,5	69.930,4	61.140,5	83.181,8	60.409,7	62.527,7	62.266,4	68.785,1	66.044,0	78.287,2	73.786,3	64.510,8	61.432,4
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	14.113,8	21.318,5	16.422,1	16.290,5	14.628,0	15.839,0	17.719,5	14.847,3	18.336,7	14.972,2	14.886,0	15.146,8	14.992,9
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	3.104,3	626,2	2.118,3	3.713,7	411,1	334,8	607,4	129,4	148,7	1.305,7	640,3	108,0	94,3
i) Dívida Contratual Interna	104,3	91,1	97,3	107,8	104,0	108,5	107,4	98,6	101,0	104,4	134,4	95,9	94,3
ii) Dívida Contratual Externa	3.000,0	535,1	2.021,1	3.605,9	307,1	226,3	500,0	30,8	47,7	1.201,3	505,9	12,2	0,0
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	878,4	9.865,5	1.320,0	18.018,3	5.707,8	5.159,3	790,6	8.907,4	3.110,0	18.401,6	6.131,3	2.021,4	2.264,1
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	19.730,5	25.582,9	17.106,2	27.014,3	21.277,7	20.726,3	24.288,9	21.408,7	21.190,7	21.673,8	27.880,7	25.859,5	20.872,0
II.2.5 - Custeio e Investimento	17.341,5	12.380,5	24.015,0	16.787,9	18.267,9	19.678,8	18.437,0	23.060,8	22.573,2	21.050,2	24.126,3	21.218,9	22.191,0
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	804,9	156,8	158,8	1.357,0	117,2	789,6	422,9	431,5	684,8	883,7	121,7	156,1	1.018,1
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	-3.669,6	-5.839,1	27.837,9	-44.162,2	4.824,4	-2.520,8	243,0	-889,9	-5.044,3	-11.735,0	913,4	-469,2	-716,6
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	47.304,3	20.936,5	23.959,7	37.397,4	33.760,5	38.238,5	49.525,2	39.214,5	38.019,8	38.671,5	22.800,8	22.806,7	23.797,4
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	46.128,4	19.687,8	22.827,0	36.035,4	31.706,7	36.846,5	48.126,7	37.575,1	36.773,4	37.575,6	21.346,7	21.489,0	22.203,3
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.175,9	1.248,7	1.132,7	1.362,0	2.053,8	1.392,0	1.398,5	1.639,4	1.246,4	1.095,8	1.454,1	1.317,7	1.594,0
V. DESPESAS	42.237,3	5.699,1	14.036,8	96.816,4	1.091,4	26.283,3	22.785,7	37.333,0	16.631,9	103.978,9	734,4	7.080,7	26.569,9
V.1 - Amortização da Dívida Interna	37.837,3	3.185,1	13.076,2	93.895,8	874,0	25.551,0	22.085,7	35.819,0	16.222,8	101.822,9	322,4	7.051,4	26.569,6
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	37.632,9	2.986,2	12.874,6	93.671,7	652,4	25.311,3	21.850,1	35.582,9	15.985,1	101.578,6	72,3	6.810,8	26.312,0
V.1.2 - Dívida Contratual	204,3	198,9	201,5	224,1	221,6	239,7	235,6	236,2	237,7	244,3	250,1	240,6	257,6
V.2 - Amortização da Dívida Externa	4.400,0	2.514,0	960,6	2.920,6	217,4	732,3	700,0	1.514,0	409,0	2.155,9	412,0	29,3	0,3
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1.1)	8.495,5	16.701,6	9.952,4	-57.636,3	31.054,2	11.535,2	26.276,5	1.992,3	20.788,3	-64.003,0	21.274,4	14.678,2	-4.108,7
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	3.223,7	950,2	3.901,2	-11.947,9	2.394,7	2.557,6	9.860,0	-4.387,0	-6.664,3	-14.449,8	19.105,3	8.745,8	13.458,5
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	4.621,1	10.348,5	41.662,1	-115.529,1	39.888,2	11.991,9	36.842,4	-3.395,4	9.679,3	-91.492,2	42.085,1	24.002,6	9.969,3

* Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Diferem do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's. Dados revisados, sujeitos a alteração.

TABELA A5 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL *

R\$ milhões

	Out/2010	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2011
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	3.223,7	3.680,0	3.901,2	36.052,1	5.394,7	30.431,4	9.869,3	9.519,9	8.335,7	36.014,6	22.905,3	8.745,8	25.958,5
I.1. Emissão de Títulos	0,0	0,0	0,0	33.907,2	1.877,6	21.928,4	5.486,1	5.065,0	4.081,4	32.875,8	7.003,9	4.808,5	21.682,0
I.2. Remuneração das Disponibilidades	3.227,6	3.614,5	3.785,7	1.823,4	3.259,5	3.261,8	4.137,8	4.272,9	4.081,5	2.990,0	3.274,8	3.766,3	4.124,0
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	-4,0	65,5	115,6	321,5	257,6	205,8	245,4	182,0	172,8	148,8	178,5	171,0	152,5
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5.035,5	0,0	0,0	0,0	0,0	12.448,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	0,0	2.729,8	0,0	48.000,0	3.000,0	27.873,8	9,4	13.906,9	15.000,0	50.464,4	3.800,0	0,0	12.500,0
II.1. Resgate de Títulos	0,0	0,0	0,0	41.000,0	0,0	22.780,7	9,4	10.135,6	13.235,4	43.702,0	0,0	0,0	12.008,5
II.2. Encargos da DPMF	0,0	2.729,8	0,0	7.000,0	3.000,0	5.093,1	0,0	3.771,2	1.764,6	6.762,4	3.800,0	0,0	491,5
III. RESULTADO (I - II)	3.223,7	950,2	3.901,2	-11.947,9	2.394,7	2.557,6	9.860,0	-4.387,0	-6.664,3	-14.449,8	19.105,3	8.745,8	13.458,5

* Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Diferem do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's. Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A6 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Out/10	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/11
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	801.837,8	814.042,8	820.499,3	825.378,0	835.141,9	832.936,1	829.439,2	839.082,5	842.873,7	844.709,9	847.683,6	844.529,0	848.547,6
I.1. DÍVIDA INTERNA	2.234.257,4	2.260.351,2	2.297.926,4	2.226.341,1	2.274.147,0	2.301.553,3	2.354.545,6	2.364.576,2	2.424.800,6	2.343.666,6	2.387.596,2	2.430.981,4	2.456.348,2
DPMFi em Poder do Público ¹	1.552.721,6	1.574.922,4	1.603.940,0	1.542.502,8	1.585.996,0	1.611.512,8	1.653.078,6	1.665.211,9	1.729.461,2	1.659.807,1	1.692.957,5	1.723.918,3	1.732.624,8
DPMFi em Poder do Banco Central	691.074,0	694.817,2	703.203,0	698.962,5	704.500,4	706.365,1	718.842,1	717.204,2	713.645,6	701.172,6	711.318,9	723.190,8	739.455,6
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-24.136,5	-23.749,5	-23.266,3	-28.839,3	-29.660,1	-29.456,7	-30.218,7	-30.324,8	-30.508,3	-29.250,4	-28.320,6	-27.495,6	-26.781,4
Demais Obrigações Internas	14.598,4	14.361,2	14.049,7	13.715,1	13.310,7	13.132,1	12.843,6	12.484,9	12.202,1	11.937,4	11.640,4	11.367,9	11.049,2
I.2. HAVERES INTERNOS	1.432.419,6	1.446.308,5	1.477.427,1	1.400.963,1	1.439.005,1	1.468.617,2	1.525.106,5	1.525.493,6	1.581.926,9	1.498.956,8	1.539.912,6	1.586.452,4	1.607.800,5
Disponibilidades Internas	374.088,7	380.558,8	405.214,1	323.187,3	356.749,4	378.930,0	432.057,2	424.830,3	449.146,5	364.960,7	403.164,2	435.095,3	455.592,3
Haveres junto aos Governos Regionais	461.812,1	465.282,6	471.705,5	472.794,4	475.634,8	479.273,0	481.784,8	482.685,5	482.259,8	481.916,7	480.493,9	483.523,5	485.813,6
Haveres da Administração Indireta	233.609,3	237.126,3	235.062,9	238.931,9	240.067,1	241.669,9	243.159,1	245.738,6	247.982,7	248.613,3	250.686,2	253.076,6	255.597,6
Haveres Administrados pela STN	362.909,6	363.340,8	365.444,6	366.049,6	366.553,8	368.744,3	368.105,4	372.239,2	402.537,9	403.466,1	405.568,4	414.757,0	410.797,1
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	91.954,7	91.184,1	89.790,1	86.213,9	85.490,6	83.232,0	81.278,1	80.796,6	75.677,8	74.274,8	75.012,0	84.330,1	73.533,4
II.1. DÍVIDA EXTERNA	92.209,1	91.429,4	90.096,7	86.491,9	85.788,8	83.534,8	81.600,8	81.075,8	75.972,7	74.639,0	75.434,5	84.821,3	73.937,1
Dívida Mobiliária	72.609,5	72.023,8	69.393,7	66.058,5	65.689,0	63.981,6	62.612,6	62.111,3	61.866,6	60.603,5	61.024,8	68.201,2	63.500,0
Dívida Contratual	19.599,6	19.405,6	20.703,0	20.433,4	20.099,8	19.553,3	18.988,2	18.964,5	14.106,1	14.035,6	14.409,7	16.620,1	10.437,1
II.2. HAVERES EXTERNOS	254,4	245,3	306,6	277,9	298,2	302,8	322,7	279,2	294,9	364,2	422,5	491,2	403,8
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	254,4	245,3	306,6	277,9	298,2	302,8	322,7	279,2	294,9	364,2	422,5	491,2	403,8
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)	893.792,5	905.226,9	910.289,4	911.592,0	920.632,5	916.168,1	910.717,3	919.879,1	918.551,5	918.984,7	922.695,6	928.859,1	922.081,0
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB²	24,8%	24,8%	24,8%	24,6%	24,5%	24,2%	23,9%	23,9%	23,6%	23,4%	23,3%	23,3%	23,0%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

² PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TABELA A7 - DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL

R\$ milhões

	Out/10	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/11
I. DÍVIDA INTERNA	2.234.257,4	2.260.351,2	2.297.926,4	2.226.341,1	2.274.147,0	2.301.553,3	2.354.545,6	2.364.576,2	2.424.800,6	2.343.666,6	2.387.596,2	2.430.981,4	2.456.348,2
I.1. DPMFi EM PODER DO PÚBLICO¹	1.552.721,6	1.574.922,4	1.603.940,0	1.542.502,8	1.585.996,0	1.611.512,8	1.653.078,6	1.665.211,9	1.729.461,2	1.659.807,1	1.692.957,5	1.723.918,3	1.732.624,8
LFT	517.440,1	521.000,7	521.705,3	533.037,4	543.976,5	535.040,2	544.186,9	553.808,7	544.947,7	552.534,0	560.437,3	560.610,9	565.160,1
LTN	323.720,7	338.451,3	354.731,4	291.543,3	309.295,4	328.884,9	341.510,3	368.353,2	416.106,3	333.917,2	347.775,0	365.593,4	357.675,9
NTN-B	365.715,0	366.007,6	374.055,8	382.880,3	391.345,7	406.550,3	421.960,9	391.740,4	412.326,0	427.018,9	432.793,1	441.275,3	451.146,4
NTN-C	62.291,2	63.669,7	64.667,5	63.733,6	64.842,9	60.952,9	60.986,4	61.758,6	62.134,3	60.547,1	61.341,7	61.667,8	61.632,2
NTN-F	246.590,4	249.914,6	253.623,2	236.141,8	241.409,6	245.163,8	250.571,2	254.944,2	260.188,2	252.759,2	256.328,2	260.177,6	263.372,6
Dívida Securitizada	10.624,1	9.434,2	9.096,3	8.980,7	8.947,8	8.986,9	9.030,8	9.673,8	9.063,4	9.032,8	10.086,4	8.982,5	9.009,8
Demais Títulos em Poder do Público	26.340,1	26.444,3	26.060,6	26.185,7	26.178,1	25.933,8	24.832,1	24.933,0	24.695,3	23.997,8	24.195,8	25.610,8	24.627,8
I.2. DPMFi EM PODER DO BANCO CENTRAL	691.074,0	694.817,2	703.203,0	698.962,5	704.500,4	706.365,1	718.842,1	717.204,2	713.645,6	701.172,6	711.318,9	723.190,8	739.455,6
LFT	266.430,4	268.580,1	271.074,1	273.410,9	275.717,6	251.002,7	253.110,7	255.610,5	243.081,5	245.433,4	248.068,6	250.404,0	252.611,6
LTN	110.307,4	111.249,0	112.340,9	108.573,3	111.369,3	129.846,7	136.429,7	142.864,2	144.251,8	127.842,7	133.125,4	139.435,9	128.285,5
Demais Títulos na Carteira do BCB	314.336,2	314.988,1	319.787,9	316.978,3	317.413,5	325.515,7	329.301,6	318.729,5	326.312,2	327.896,4	330.124,8	333.351,0	358.558,5
I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS	-24.136,5	-23.749,5	-23.266,3	-28.839,3	-29.660,1	-29.456,7	-30.218,7	-30.324,8	-30.508,3	-29.250,4	-28.320,6	-27.495,6	-26.781,4
I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS	14.598,4	14.361,2	14.049,7	13.715,1	13.310,7	13.132,1	12.843,6	12.484,9	12.202,1	11.937,4	11.640,4	11.367,9	11.049,2
II. DÍVIDA EXTERNA	92.209,1	91.429,4	90.096,7	86.491,9	85.788,8	83.534,8	81.600,8	81.075,8	75.972,7	74.639,0	75.434,5	84.821,3	73.937,1
II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA	72.609,5	72.023,8	69.393,7	66.058,5	65.689,0	63.981,6	62.612,6	62.111,3	61.866,6	60.603,5	61.024,8	68.201,2	63.500,0
Euro	7.012,3	6.643,1	6.633,9	4.734,7	4.636,8	4.569,6	4.638,9	4.108,1	4.044,2	3.966,1	4.077,2	4.236,1	4.038,2
Global US\$	53.405,9	53.079,9	50.354,6	49.672,3	49.295,9	47.582,0	46.040,1	45.960,0	45.670,7	45.023,9	45.225,7	52.148,0	47.547,1
Global BRL	12.031,3	12.138,7	12.247,1	11.491,8	11.597,2	11.703,5	11.810,9	11.919,3	12.028,7	11.490,2	11.595,6	11.701,9	11.809,3
Demais Títulos Externos	159,9	162,1	158,2	159,6	159,2	126,4	122,7	123,9	123,0	123,3	126,3	115,1	105,4
II.2. DÍVIDA CONTRATUAL	19.599,6	19.405,6	20.703,0	20.433,4	20.099,8	19.553,3	18.988,2	18.964,5	14.106,1	14.035,6	14.409,7	16.620,1	10.437,1
Organismos Multilaterais	16.765,9	16.608,1	16.870,3	16.848,5	16.544,8	16.083,7	15.485,2	15.393,4	10.264,8	10.166,8	10.370,7	12.046,9	6.312,1
Credores Privados e Ag. Governamentais	2.833,7	2.797,5	3.832,7	3.584,9	3.555,0	3.469,6	3.503,0	3.571,1	3.841,3	3.868,7	4.039,0	4.573,2	4.125,0
III. DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL (I+II)	2.326.466,5	2.351.780,7	2.388.023,1	2.312.833,0	2.359.935,8	2.385.088,1	2.436.146,5	2.445.651,9	2.500.773,3	2.418.305,7	2.463.030,7	2.515.802,7	2.530.285,3
DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL/PIB¹²	64,5%	64,4%	65,0%	62,3%	62,9%	63,1%	63,9%	63,5%	64,2%	61,7%	62,3%	63,1%	63,0%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

¹² PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TABELA A8 - HAVERES DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Out/10	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/11
I. HAVERES INTERNOS	1.432.419,6	1.446.308,5	1.477.427,1	1.400.963,1	1.439.005,1	1.468.617,2	1.525.106,5	1.525.493,6	1.581.926,9	1.498.956,8	1.539.912,6	1.586.452,4	1.607.800,5
I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS	374.088,7	380.558,8	405.214,1	323.187,3	356.749,4	378.930,0	432.057,2	424.830,3	449.146,5	364.960,7	403.164,2	435.095,3	455.592,3
I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	461.812,1	465.282,6	471.705,5	472.794,4	475.634,8	479.273,0	481.784,8	482.685,5	482.259,8	481.916,7	480.493,9	483.523,5	485.813,6
Bônus Renegociados	5.399,8	5.417,7	5.247,9	5.287,3	5.228,4	5.094,2	4.721,1	4.724,4	4.668,2	4.645,0	4.728,2	5.505,0	4.971,7
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	2.232,4	2.203,8	2.178,2	2.150,1	2.120,3	2.094,6	2.066,1	2.039,1	2.011,4	1.985,1	1.960,0	1.934,4	1.907,5
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	11.438,3	11.525,6	11.676,5	11.689,5	11.772,2	11.852,8	11.892,4	11.918,8	11.886,8	11.853,4	11.819,9	11.858,1	11.912,7
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	34.502,6	34.226,0	33.877,3	33.479,1	32.990,4	32.729,4	32.348,1	31.880,7	31.483,5	31.042,8	30.521,4	30.140,7	29.738,8
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	341.217,3	344.397,9	350.111,0	351.411,2	354.864,9	358.275,8	360.930,9	362.304,4	362.302,6	362.265,1	361.507,8	363.607,3	366.234,8
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	54.386,1	54.810,5	55.764,3	56.043,5	56.733,1	57.379,4	58.057,3	58.234,4	58.349,1	58.606,2	58.483,9	58.939,8	59.490,8
Antecipação de Royalties	10.194,3	10.242,5	10.383,6	10.255,2	9.435,5	9.373,2	9.293,5	9.097,6	9.077,4	9.040,1	8.987,4	9.018,2	9.050,7
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.441,3	2.458,6	2.466,5	2.478,4	2.489,9	2.473,8	2.475,4	2.485,9	2.480,8	2.479,1	2.485,1	2.519,9	2.506,5
I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	233.609,3	237.126,3	235.062,9	238.931,9	240.067,1	241.669,9	243.159,1	245.738,6	247.982,7	248.613,3	250.686,2	253.076,6	255.597,6
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	144.657,6	146.031,1	147.714,6	146.958,7	147.961,9	149.142,1	150.092,9	151.872,0	152.822,5	151.117,3	151.923,8	152.804,8	153.621,8
Fundos Constitucionais Regionais	56.860,0	57.494,7	57.973,3	58.617,7	59.413,1	59.921,7	60.553,8	61.251,9	61.940,0	62.625,5	63.296,6	63.843,8	64.492,6
Fundos Diversos	32.091,7	33.600,4	29.375,0	33.355,5	32.692,1	32.606,2	32.512,4	32.614,7	33.220,2	34.870,5	35.465,8	36.427,9	37.483,2
I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	362.909,6	363.340,8	365.444,6	366.049,6	366.553,8	368.744,3	368.105,4	372.239,2	402.537,9	403.466,1	405.568,4	414.757,0	410.797,1
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.624,2	5.625,2	5.630,6	5.635,7	5.641,6	5.647,3	5.653,0	5.659,3	5.666,9	5.672,1	5.677,4	5.699,0	5.705,4
Haveres de Operações Estruturadas	51.036,6	51.186,7	51.690,0	52.091,3	52.545,9	50.360,4	50.408,3	53.533,1	53.561,8	53.678,9	54.209,8	56.650,8	55.891,4
Haveres Originários de Privatizações	7.821,7	7.814,6	7.810,4	7.803,1	7.795,8	7.790,9	7.783,8	7.769,8	7.764,6	7.758,8	7.753,2	8.210,5	8.204,5
Haveres de Legislação Específica	269.952,6	270.889,4	273.006,8	273.280,4	273.720,7	278.318,5	277.901,8	278.975,1	309.377,8	310.062,1	311.535,9	317.162,6	314.604,1
Demais Haveres Administrados pela STN	28.474,5	27.825,0	27.306,8	27.239,0	26.849,7	26.627,3	26.358,6	26.301,8	26.166,8	26.294,1	26.392,0	27.034,0	26.391,6
II. HAVERES EXTERNOS	254,4	245,3	306,6	277,9	298,2	302,8	322,7	279,2	294,9	364,2	422,5	491,2	403,8
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	254,4	245,3	306,6	277,9	298,2	302,8	322,7	279,2	294,9	364,2	422,5	491,2	403,8
III. HAVERES DO TESOURO NACIONAL (I+II)	1.432.674,0	1.446.553,8	1.477.733,7	1.401.241,0	1.439.303,3	1.468.920,0	1.525.429,2	1.525.772,8	1.582.221,8	1.499.321,0	1.540.335,2	1.586.943,6	1.608.204,3
HAVERES DO TESOURO NACIONAL/PIB¹⁾	39,7%	39,6%	40,2%	37,8%	38,4%	38,9%	40,0%	39,6%	40,6%	38,2%	38,9%	39,8%	40,0%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1) PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TABELA A9 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO OUTUBRO 2011/2010 *

R\$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2010						2011					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total
Câmara dos Deputados	158.279,2	35.592,7	7.166,3	7.077,7	24.382,4	31.460,1	207.035,0	33.017,7	11.896,4	11.762,60	39.266,9	51.029,5
Senado Federal	50.063,0	18.821,1	4.540,5	4.636,0	7.152,3	11.788,3	57.216,5	11.416,6	4.210,4	4.175,9	18.587,8	22.763,8
Tribunal de Contas da União	59.523,7	38.336,2	12.131,2	11.976,5	23.717,8	35.694,4	47.292,1	23.542,4	10.102,1	10.102,1	34.325,0	44.427,1
Supremo Tribunal Federal	52.495,1	8.820,6	3.931,8	3.928,3	9.213,0	13.141,3	52.628,3	7.617,3	3.424,4	3.388,4	18.838,8	22.227,2
Superior Tribunal de Justiça	19.949,9	6.313,5	6.030,0	6.029,6	16.904,3	22.933,9	22.210,4	5.619,2	1.466,3	1.457,0	2.142,6	3.599,6
Justiça Federal	361.252,1	392.864,9	309.370,6	309.212,1	128.189,1	437.401,2	312.493,6	423.151,4	361.375,7	360.986,9	170.595,1	531.582,0
Justiça Militar	9.484,0	4.840,3	1.429,9	1.429,9	3.945,2	5.375,1	12.292,0	2.831,4	1.159,1	1.159,1	3.013,6	4.172,7
Justiça Eleitoral	488.882,2	181.374,7	119.939,3	106.825,4	328.292,1	435.117,5	264.228,3	49.143,9	14.452,8	13.826,0	205.475,8	219.301,8
Justiça do Trabalho	196.386,7	100.002,3	46.464,7	44.064,4	107.892,3	151.956,7	301.901,9	126.498,8	49.801,8	48.515,5	126.642,4	175.157,9
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	46.936,2	30.476,5	7.218,6	5.291,3	29.874,6	35.165,9	120.571,4	33.484,9	5.940,2	5.725,2	25.869,2	31.594,4
Conselho Nacional de Justiça	46.253,0	5.415,4	3.909,2	3.909,0	37.284,0	41.193,0	70.173,2	11.393,3	6.971,5	6.971,3	59.438,6	66.409,9
Presidência da República ³	1.990.767,7	961.028,3	195.448,7	194.195,7	655.899,5	850.095,2	1.611.740,0	523.363,8	316.281,5	309.536,5	612.265,4	921.801,9
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	764.103,8	99.108,0	67.810,8	67.393,2	250.708,2	318.101,4	150.256,6	7.009,8	1.248,5	1.220,5	246.995,6	248.216,0
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.562.977,8	797.519,4	164.326,9	98.843,8	392.511,6	491.355,4	1.212.294,4	149.254,7	70.901,3	68.076,3	789.239,5	857.315,7
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.917.160,8	1.014.731,3	359.767,0	330.180,3	319.386,5	649.566,8	1.294.797,0	617.594,4	270.565,5	229.002,0	507.835,7	736.837,7
Ministério da Fazenda	1.056.245,3	121.875,9	42.755,0	42.673,3	181.997,5	224.670,8	1.517.060,2	528.499,4	368.820,4	368.552,4	580.534,9	949.087,3
Ministério da Educação	7.267.614,5	3.975.672,0	1.676.850,8	1.585.386,7	3.061.180,3	4.646.567,0	9.190.968,0	4.597.645,5	1.530.472,8	1.486.285,6	3.815.054,6	5.301.340,1
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	316.168,1	33.696,9	7.893,9	7.666,7	13.104,3	20.771,0	67.405,3	11.084,3	5.157,0	5.140,6	17.767,6	22.908,2
Ministério da Justiça	1.263.371,1	369.254,4	99.138,9	93.296,7	346.910,2	440.206,9	1.524.848,0	124.636,8	57.594,1	56.411,0	431.376,8	487.787,8
Ministério de Minas e Energia	185.803,9	28.329,8	13.596,6	12.200,1	24.500,6	36.700,7	198.523,1	22.851,6	9.114,9	8.548,9	28.208,1	36.757,1
Ministério da Previdência Social	182.063,7	50.569,6	26.738,7	24.957,5	282.221,4	307.178,9	138.656,7	32.385,4	9.564,4	7.170,0	153.205,1	160.375,1
Ministério Público da União	161.765,6	36.377,6	18.874,6	18.246,8	93.158,5	111.405,3	297.827,5	70.494,2	21.674,3	21.668,8	121.101,6	142.770,4
Ministério das Relações Exteriores	163.000,0	32.414,6	28.254,2	28.254,2	3.377,6	31.631,8	66.965,0	13.190,3	12.630,4	12.587,8	1.277,2	13.865,0
Ministério da Saúde	4.721.861,0	1.830.858,7	525.359,5	508.767,8	1.470.129,0	1.978.896,8	5.183.860,3	1.277.847,1	332.614,8	332.073,8	1.562.933,9	1.895.007,7
Ministério do Trabalho e Emprego	53.687,5	10.113,2	3.877,2	3.850,8	26.392,0	30.242,9	93.560,6	11.453,8	3.741,3	3.734,5	20.224,6	23.959,1
Ministério dos Transportes	16.391.707,6	11.098.369,8	4.491.478,0	4.253.222,7	5.592.356,0	9.845.578,6	17.435.859,4	9.540.625,5	3.585.624,7	3.519.413,1	6.151.572,3	9.670.985,4
Ministério das Comunicações	46.941,4	13.908,3	3.799,0	3.799,0	15.036,2	18.835,2	348.751,4	69.320,7	45.335,0	45.335,0	317.318,5	362.653,6
Ministério da Cultura	449.991,2	158.788,2	31.364,5	30.934,4	55.117,5	86.051,9	559.202,7	35.213,2	8.051,4	7.988,2	78.823,1	86.811,3
Ministério do Meio Ambiente	109.337,2	25.905,6	7.340,3	6.652,7	28.545,6	35.198,3	289.711,3	81.849,5	12.863,3	12.012,5	85.074,1	97.086,6
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.936.268,5	924.610,4	510.913,1	506.432,8	441.734,9	948.167,7	1.865.645,9	664.009,7	360.805,5	360.804,6	454.136,0	814.940,5
Ministério do Esporte	1.353.422,3	498.392,2	14.277,5	14.277,5	225.697,7	239.975,2	1.441.920,3	97.694,9	2.788,6	2.788,6	109.847,5	112.636,1
Ministério da Defesa	9.641.945,3	4.741.076,4	2.938.058,8	2.914.920,2	1.989.333,7	4.904.253,9	6.928.769,3	4.040.905,2	1.964.588,6	1.926.368,9	3.433.542,6	5.359.911,6
Ministério da Integração Nacional	7.302.042,9	4.102.884,1	1.766.923,8	1.737.846,8	2.163.925,3	3.901.772,1	5.067.760,4	1.567.001,3	564.509,3	528.479,0	1.601.120,6	2.129.599,7
Ministério do Turismo	3.215.866,8	1.446.929,2	46.609,9	46.604,8	566.159,4	612.764,2	2.644.014,8	130.556,0	673,5	673,5	369.304,1	369.977,6
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	360.920,8	200.771,3	121.970,0	121.414,2	61.538,0	182.952,0	512.636,0	132.687,7	84.095,7	84.095,7	106.677,2	190.772,9
Ministério das Cidades	8.210.494,0	3.710.554,7	1.343.925,6	1.339.087,9	2.558.745,3	3.897.833,2	7.625.820,1	2.163.043,4	404.004,0	402.503,1	2.140.325,1	2.542.828,2
Ministério da Pesca e Agricultura	465.301,0	91.839,6	24.296,6	24.296,6	46.535,7	70.832,3	286.369,5	17.770,5	199,8	199,6	70.856,8	71.056,4
Conselho Nacional do Ministério Público	465.301,0	1.117,4	905,8	905,8	-	905,8	62.986,3	543,6	68,3	68,3	854,0	922,2
TOTAL	73.045.635,8	37.199.555,5	15.054.687,8	14.520.689,1	21.583.049,8	36.103.738,9	69.086.252,7	27.256.249,5	10.514.789,5	10.268.808,8	24.511.668,3	34.780.477,1

Dados preliminares.

* Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

¹ "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Diferem do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

² Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano seguinte

³ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

Boletim FPE / FPM / IPI Exportação

Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XVI - nº 10 - Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

OUTUBRO / 2011

Comentários

Em outubro de 2011 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram decréscimo de - 31,4 %, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 7.942.795,0 (mil), ante R\$ 6.042.770,4 (mil) no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: -> Governo (Estadual ou Municipal) -> Receitas -> Repasses de recursos -> [Clique aqui](#) para acessar o demonstrativo.

Distribuição do FPM/FPE

Origens	R\$ Mil								
	2010			2011			Variação Nominal		
	Setembro	Outubro	Janeiro a Outubro	Setembro	Outubro	Janeiro a Outubro	Out/2011 Set /2011	Out/2011 Out/2010	Jan- Out/2011 Jan- Out/2010
FPM	2.893.616,1	3.114.943,9	32.398.460,6	3.090.053,1	4.061.656,6	41.031.290,5	31,4%	30,4%	26,6%
FPE	2.765.010,8	2.976.501,9	30.958.527,5	2.952.717,3	3.881.138,4	39.207.676,0	31,4%	30,4%	26,6%
IPI-Exp	251.513,9	261.755,1	2.341.747,7	252.779,6	357.090,6	2.814.388,8	41,3%	36,4%	20,2%

Obs.: Valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%);

Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM *		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
OUTUBRO	+ 9 %	+31,4 %	+9 %	+31,4%	+25 %	+41,3%

Estimativa Trimestral

FUNDOS	NOV/OUT	DEZ/NOV	JAN12/DEZ
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	+ 11 %	+ 23 %	- 6 %
IPI - EXP	- 3 %	+ 9 %	- 3 %

Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/09/2011 a 20/10/2011, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
SET/3º DEC	2.841.906	7.770.924	10.612.830	OUT/1º DEC	1.825.407	1.910.309	227.352	3.963.069
OUT/1º DEC	696.850	2.678.490	3.375.340	OUT/2º DEC	580.558	607.561	55.748	1.243.868
OUT/2º DEC	924.876	7.651.711	8.576.588	OUT/3º DEC	1.475.173	1.543.786	73.990	3.092.949
TOTAL	4.463.633	18.101.125	22.564.758	TOTAL	3.881.138	4.061.656	357.091	8.299.885

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB;
- Estão incluídas na arrecadação bruta acima receitas decorrentes de classificação por estimativa, com fulcro na Portaria MF nº 232/2009, arrecadadas no período de julho a setembro de 2011, no valor total de R\$ 288.468 mil para IPI e R\$ 1.289.704 mil para IR, o crédito correspondente ocorreu em 27 de outubro de 2011.

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
ACRE	AC	20.078,5	132.773,7	43,9
ALAGOAS	AL	96.548,5	161.459,2	558,8
AMAZONAS	AM	59.971,2	108.299,3	3.679,9
AMAPÁ	AP	14.377,9	132.424,4	402,1
BAHIA	BA	372.473,2	364.679,5	21.646,4
CEARÁ	CE	211.627,3	284.755,2	2.844,7
DISTRITO FEDERAL	DF	6.780,7	26.787,6	451,4
ESPÍRITO SANTO	ES	69.825,7	58.217,1	17.470,2
GOIÁS	GO	148.143,4	110.344,6	5.886,9
MARANHÃO	MA	168.859,0	280.148,3	3.637,8
MINAS GERAIS	MG	532.059,8	172.885,3	46.797,4
MATO GROSSO DO SUL	MS	61.785,8	51.696,8	4.506,3
MATO GROSSO	MT	74.093,6	89.572,8	5.164,3
PARÁ	PA	147.654,5	237.215,2	15.950,8
PARAÍBA	PB	131.119,6	185.863,8	550,3
PERNAMBUCO	PE	203.627,0	267.806,3	2.227,7
PIAUÍ	PI	107.539,6	167.719,5	116,1
PARANÁ	PR	273.855,2	111.901,0	29.436,0
RIO DE JANEIRO	RJ	119.128,8	59.292,2	63.363,8
RIO GRANDE DO NORTE	RN	102.240,4	162.150,1	469,3
RONDÔNIA	RO	35.686,2	109.277,3	615,0
RORAIMA	RR	12.479,4	96.279,4	30,9
RIO GRANDE DO SUL	RS	275.110,6	91.393,0	39.075,3
SANTA CATARINA	SC	158.114,5	49.670,8	20.428,4
SERGIPE	SE	58.997,6	161.272,9	120,3
SÃO PAULO	SP	541.839,0	38.811,4	71.418,1
TOCANTINS	TO	57.639,5	168.441,4	198,6
TOTAL		4.061.656,6	3.881.138,4	357.090,6

Observação: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%);

No Diário Oficial da União do dia 9 de dezembro de 2010, foi publicada a Portaria STN nº 680, de 8 de dezembro de 2010, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2011, disponível no site www.tesouro.fazenda.gov.br.

Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais

Fone: (61) 3412-3116-Fax: (61) 3412-3026

Email: transferencias.stn@fazenda.gov.br